

*Relatório e Contas*  
**2013**

BANCO INTERATLÂNTICO

*Relatório e Contas*  
**2013**

MAIO DE 2014



*Distinga-se!*



## Índice

<b>Órgãos Sociais</b>	<b>3</b>
<b>Accionistas</b>	<b>4</b>
<b>Rede Comercial e Direcções</b>	<b>5</b>
<b>Principais Indicadores</b>	<b>7</b>
<b>Mensagem do Presidente</b>	<b>8</b>
<b>Enquadramento Macroeconómico</b>	
<b>Economia internacional</b>	<b>11</b>
<b>Economia Cabo-verdiana</b>	
Evolução Global	13
Política e Situação Monetária	14
Sector financeiro	15
Perspectivas para 2014	19
<b>Síntese da Actividade</b>	
<b>Posição no Sistema Bancário</b>	<b>22</b>
<b>Actividade Comercial</b>	
Recursos	24
Crédito à Clientes	26
Qualidade da Carteira de Crédito	29
Operações de Mercado de Capitais	32
Carteira de Investimento e Negociação	33
Promoção e Marketing	34
<b>Recursos Humanos</b>	<b>37</b>
<b>Responsabilidade Social</b>	<b>43</b>
<b>Análise da Situação Económico-financeira</b>	
Evolução do Balanço	44
Demonstração de Resultados	50
Rácios Prudenciais	55
<b>Eventos Subsequentes</b>	<b>57</b>
<b>Proposta de Distribuição de Resultado</b>	<b>58</b>
<b>Considerações finais</b>	<b>59</b>
<b>Anexos</b>	<b>61</b>



## Órgãos Sociais

### Mesa da Assembleia-geral

Presidente	David Hopffer Almada
Secretário	Francisco Fortunato Paulino Barbosa Amado
Secretário	Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

### Conselho de Administração

Presidente	Jorge Fernando Gonçalves Alves
Vice-Presidente	Teófilo Figueiredo Almeida Silva
Vogal	António Carlos Moreira Semedo
Vogal	Manuel Fernando Monteiro Pinto
Vogal	Luís de Carvalho Machado

### Comissão Executiva

Presidente	Jorge Fernando Gonçalves Alves
Vogal	António Carlos Moreira Semedo
Vogal	Manuel Fernando Monteiro Pinto

### Conselho Fiscal

Presidente	João Manuel Barata da Silva
Vogais	João Higinio Rosário Silva
Vogais	José Carlos Ramos Cunha
Vogal Suplente	José Carlos Vitória Soulé
Vogal Suplente	Fernando Manuel Nunes Lourenço



## Accionistas

Na estrutura acionista do Banco, 70% corresponde à participação da Caixa Geral Depósitos, e o restante (30%) pertencente aos acionistas nacionais. A distribuição do capital social, em 31 de Dezembro de 2013, era a seguinte:

Nome do Accionista	Nº Acções	CVE	% de Capital
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	70.000	700.000.000	70,00%
EMPREITEL FIGUEIREDO, SA	11.687	116.870.000	11,69%
ADEGA, SA	6.428	64.280.000	6,43%
SITA, SA	5.447	54.470.000	5,45%
PEDRO JOSÉ SAPINHO RODRIGUES PIRES	1.741	17.410.000	1,74%
DAVID HOPFFER ALMADA	1.364	13.640.000	1,36%
TERESA JESUS TEIXEIRA B.AMADO	882	8.820.000	0,88%
FRANCISCO BARBOSA AMADO	839	8.390.000	0,84%
RACAN, Lda.	773	7.730.000	0,77%
JOÃO HIGINO ROSÁRIO SILVA	452	4.520.000	0,45%
MÁRIO JORGE MENEZES	387	3.870.000	0,39%
	<b>100.000</b>	<b>1.000.000.000</b>	<b>100,00%</b>



## Rede Comercial e Direcções

Área	Responsável
<b>Direção Comercial (DCM)</b>	Ana Paula Vaz Diretora
<b>Gabinete de Empresas (GEM)</b>	Ángela Lopes Coordenadora
<b>Gabinete de Particulares (GPA)</b>	Ana Paula Vaz
<b>Agência Sede</b>	Ludmila Ribeiro Gerente Micas Prazeres Subgerente
<b>Agência ASA</b>	Dulcelinda Baptista Gerente Maria José Brandão Subgerente
<b>Agência Plateau</b>	José Mário Tavares Gerente Inês Fernandes Subgerente
<b>Agência Achada Grande Frente</b>	José Mário Tavares Gerente Joanita Salomão Subgerente
<b>Agência Assomada</b>	Ana Paula Vaz
<b>Agência São Vicente</b>	Gracinda Nascimento Gerente Leotino Neves Subgerente
<b>Agência Espargos</b>	Maria Albertina Fortes Gerente Graciett Ramos Subgerente



## Rede Comercial e Direcções

(Continuação)

Área	Responsável
<b>Agência Santa Maria</b>	Carla Brito Gerente
<b>Agência Boa Vista</b>	Maria Pinto Gerente
<b>Direcção Suporte Operacional (DSO)</b>	Ana Cruz Diretora
<b>Gabinete de Tecnologia e Organização (GTO)</b>	Paulo Monteiro Coordenador
<b>Gabinete de Mercados Financeiros (GMF)</b>	Deisy Bernardino Coordenadora
<b>Gabinete de Apoio ao Negócio (GAN)</b>	
<b>Gabinete de Gestão de Risco (GGR)</b>	Alberto Jesus
<b>Gabinete de Contabilidade e Planeamento (GCP)</b>	Maria Idalsisa Martins Coordenadora
<b>Gabinete de Marketing (GMK)</b>	Ana Cristina Rodrigues Coordenadora
<b>Gabinete de Suporte à Função Compliance (GFC)</b>	Carla Sofia Mota Chefe de Sector
<b>Gabinete de Assuntos Jurídicos (GAJ)</b>	Carlos Gonçalves Coordenador
<b>Gabinete de Recursos Humanos (GRH)</b>	Christine Rodrigues Subchefe Administrativo
<b>Gabinete de Auditoria Interna (GAI)</b>	Osvaldina Martins Chefe de Sector
<b>Gabinete de Apoio Logístico (GAL)</b>	Pedro Gomes Chefe de Sector

## Principais Indicadores

Indicadores em 31 de Dezembro				Mil CVE	
	2012	2013	Valor	%	
<b>INDICADORES DO BALANÇO</b>					
Activo Líquido	18.367.742	19.793.073	1.425.331	7,76%	
Disponibilidades	1.758.436	745.547	-1.012.889	-57,60%	
Títulos da Dívida Pública	1.485.375	1.397.776	-87.599	-5,90%	
Crédito a clientes Líquido	13.067.794	12.913.620	-154.173	-1,18%	
Crédito a clientes Bruto (Excluindo Juros e Comissões)	14.386.023	14.362.711	-23.312	-0,16%	
Crédito e juros vencidos	2.164.896	3.222.164	1.057.269	48,84%	
Imparidade créditos clientes	1.259.101	1.388.503	129.402	10,28%	
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.772.730	17.156.377	1.383.647	8,77%	
Depósitos dos Clientes	14.213.822	16.274.499	2.060.677	14,50%	
Capitais Próprios	1.642.535	1.718.669	76.135	4,64%	
<b>INDICADORES DE EXPLORAÇÃO</b>					
Produto Bancário	900.193	805.340	-94.853	-10,54%	
Resultado Antes de Impostos	134.523	83.478	-51.044	-37,94%	
Resultado Líquido	124.541	73.496	-51.044	-40,99%	
<b>OUTROS INDICADORES</b>					
<b>Rentabilidade</b>					
Resultado Líquido / Activo Médio	0,69%	0,39%		-0,30%	
Resultado Líquido / Capitais Próprios Médio	7,78%	4,37%		-3,41%	
<b>Solvabilidade e Transformação</b>					
Capitais Próprios/ Activos	8,94%	8,68%		-0,26%	
Rácio de Transformação (Crédito Bruto/Recursos dos Clientes)	91,21%	83,72%		-7,49%	
Rácio de Solvabilidade (Critério BCV)	14,36%	12,56%		-1,81%	
<b>Qualidade dos Activos</b>					
Crédito e juros vencidos/Crédito Bruto	15,05%	22,43%		7,39%	
Qualidade do crédito BCV ( Circular Série "A " nº 150/DSE/2009)	8,12%	13,86%		5,75%	
Imparidade do Crédito /Crédito Líquido	9,64%	10,75%		1,12%	
Imparidade do Crédito / Crédito e juros vencidos	58,16%	43,09%		-15,07%	
<b>Produtividade e Eficiência</b>					
Margem Complementar/Produto Bancário	25,35%	27,22%		1,87%	
Custos Estrutura/Produto Bancário	58,35%	65,85%		7,50%	
(Crédito+Depósitos)/nº Empregados	257.505	261.478	3.974	1,54%	
Nº de Empregados	112	115	3	2,68%	
Nº de Agências	9	9	0	0,00%	
Empregado por Agência	12,4	12,8	0,3	2,679%	
(Créditos+Depósitos)/nº Agências	3.204.503	3.341.111	136.608	4,26%	



## Mensagem do Presidente

O exercício de 2013 foi, seguramente, um dos mais difíceis para o sector bancário nacional, em consequência do agravamento dos efeitos da crise financeira internacional.

Neste período assistiu-se à degradação generalizada dos indicadores económicos e financeiros dos principais parceiros de Cabo Verde, assim como da confiança dos investidores, com efeito negativo na actividade económica e, consequentemente, na actividade bancária.

Os dados da economia caboverdiana apontam para uma desaceleração do crescimento da actividade económica, assim como da inflação, em 2013.

Não obstante as alterações verificadas em termos do enquadramento macroeconómico, o Banco de Cabo Verde reorientou os leilões dos títulos próprios em função das taxas propostas pelos bancos posteriormente, baixou a taxa de remuneração das facilidades permanentes de depósito, de 3,25% para um 1%, e reduziu, para metade, a meta de esterilização da liquidez do sistema bancário, com consequente impacto na margem financeira dos bancos comerciais.

O desempenho do Banco Interatlântico no ano 2013 sofreu com os efeitos da crise, apesar de ter registado ganhos assinaláveis em algumas áreas da actividade comercial, onde se destaca o crescimento verificado a nível da captação de recursos.

No final de 2013, o total do activo do Banco atingiu 19.793.073 contos, evidenciando um crescimento de 7,76% em relação a 2012.

O crédito bruto (incluindo títulos da dívida pública excluindo juros corridos e comissões associadas) registou uma variação negativa de 112.778 contos (-0,71%),



situando-se em 15.739.185 contos, enquanto que os recursos de clientes conheceram um incremento de +8,77%, ascendendo a 17.156.377 contos.

No segmento de particulares, o Banco manteve um interessante ritmo de crescimento dos recursos captados, com uma variação positiva de 1.056.426 contos, (+13,01%) face a dezembro de 2012. De realçar aqui o crescimento dos recursos dos emigrantes que cresceram 428.368 contos (+14,60%) face ao mesmo período.

No segmento de empresas, assistiu-se a um crescimento de 304.651 contos (+4,08%) face ao mesmo período do ano homólogo.

Em resultado da situação económica, o saldo do crédito vencido atingiu no final de 2013 o valor 3.222.164 contos (2.164.896 contos em Dezembro de 2012), tendo aumentado 48,84% relativamente a 2012, resultado da deterioração que se tem vindo a assistir na situação económica e financeira das empresas nacionais, refletindo-se nos indicadores de qualidade de crédito, com o rácio de crédito vencido total a fixar-se em 22,43% no final de 2013 (15,05% em dezembro de 2012).

O indicador de qualidade do crédito, calculados de acordo com Circular Série A nº 150/DSE/2009, de 28/Dez/2009, do Banco de Cabo Verde, situou-se em 13,86% em 2013, contra 8,12% em 2012, e o grau de cobertura do crédito vencido pela imparidade situou-se em 43,09% em 31 de dezembro de 2013, comparando com 58,16% em igual período do ano anterior.

A margem financeira no exercício findo situou-se em 586.127 contos, evidenciando uma diminuição de 85.830 contos (-12,77%) relativamente a dezembro de 2012. Esta evolução resultou do agravamento das condições de intermediação bancária, do aumento do crédito vencido e da diminuição da carteira de crédito não representados por valores mobiliários, títulos dívida pública e obrigações emitidas pelas empresas nacionais.



Quanto à margem complementar, esta totalizou 219.213 contos, registando um decréscimo de 9.022 contos (-3,95%) comparando com o período homólogo, realçando-se o decréscimo verificado nos dividendos recebidos e nos rendimentos dos outros serviços prestados na sequência da decisão do BCV sobre isenções obrigatórias de comissionamentos a clientes que contribuiu também para tal resultado.

A imparidade do crédito líquido de reversões situou-se em 196.923 contos, representando um decréscimo de 51.435 contos (-20,71%) face ao ano anterior.

O Banco encerrou o exercício de 2013 com um rácio de solvabilidade de 12,56%, superior ao mínimo legal exigido.

Segundo o relatório de política monetária, publicado em novembro de 2013, o enquadramento externo da economia cabo-verdiana permanece pouco favorável, mas com sinais de uma recuperação mais consistentes a partir de 2014.

Em 2014, à semelhança do verificado no ano anterior, o Banco irá apostar na melhoria da rentabilidade das operações, aspecto fundamental para a solvabilidade, confiança dos clientes, accionistas e investidores, na busca de uma maior eficiência no seu funcionamento, visando a economia de custos e melhoria permanente da qualidade do serviço prestado aos seus clientes, visando a satisfação dos mesmos e consolidação da sua posição no mercado financeiro cabo-verdiano.

O acompanhamento e a recuperação do crédito vencido continuará a merecer atenção especial do Banco, devendo as operações do sector da imobiliária turística ser objecto de atenção ao mais alto nível da instituição, à semelhança do exercício que ora finda.



# 1. Enquadramento Macroeconómico

## 1.1.- Economia internacional

A economia mundial manteve ao longo de 2013 uma trajetória de recuperação, mais evidente no 2º semestre, nos EUA (apesar das dificuldades verificadas no processo de aprovação orçamental) e na maior parte da Europa, assistindo-se em paralelo a alguma estabilização do crescimento nas economias emergentes.

De acordo com as estimativas mais recentes divulgadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial terá registado em 2013 um crescimento de 3,0%, próximo do observado no ano anterior (3,1%).

Em 2013, o desempenho dos ativos financeiros foi consistente com a melhoria dos indicadores económicos e a diminuição da incerteza associada à chamada crise da dívida soberana na Área do Euro, num contexto de reforço dos estímulos monetários. Nos EUA as ações subiram cerca de 30% e no mercado de dívida pública a tendência foi de aumento das taxas a partir do 2º trimestre.

Os níveis de desemprego permaneceram elevados na maior parte das regiões, o que, em conjunto com os ajustamentos em curso em diversas economias, com relevo no PIB mundial, e a queda do preço das matérias-primas, contribuiu para um baixo ritmo de crescimento dos preços em diversos países desenvolvidos.

Segundo o Boletim de Indicadores Económicos e Financeiros publicado pelo Banco de Cabo Verde., a Zona Euro apontam para uma contracção em 0,4 % em 2013 (em 2012 a região tinha registado uma contracção de 0,7%). De realçar que, em termos homólogos, a Zona Euro cresceu 0,5 % quarto trimestre, após sete trimestres consecutivos de crescimento negativo. A recuperação da produção industrial e o aumento das exportações explicam a melhor performance da região a partir do segundo trimestre. As estatísticas disponíveis apontam, igualmente, para uma

recuperação das vendas no comércio a retalho no último trimestre, num contexto em que os indicadores de confiança e as condições no mercado de trabalho evoluem mais favoravelmente.

Condicionado pelo desempenho menos favorável da actividade económica global em 2013 no mercado das matérias-primas, o preço do barril de brent reduziu-se cerca de três por cento, contribuindo, em larga medida, para a redução em cerca de um 1% dos preços das matérias-primas energéticas no ano passado.

Os preços das matérias-primas não energéticas também apresentaram uma trajetória globalmente descendente ao longo do ano, em linha com o food price index da FAO, que registou uma diminuição de 1,6% em 2013, depois de se ter reduzido 7,3% em 2012.

#### INDICADORES ECONÓMICOS

	Taxa de Variação ( em %)		Taxa de Variação ( em %)			
	PIB		Inflação		Desemprego	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013P
Área do Euro	-1,1	-0,5	2,5	1,5	11,4	12,3
EUA	2,8	1,9	2,1	1,4	8,1	7,6
China	7,7	7,7	2,7	2,7	4,1	4,1
India	3,2	4,4	10,4	10,9		
Brazil	1,0	2,3	5,4	6,3	5,5	5,8
África Sub Sahariana	4,8	5,1	9,0	6,9		

Notas: E Estimativas; P Projeções  
 Fonte: Fundo Monetário Internacional



## **1.2.- Economia Cabo Verdiana**

### **1.2.1.- Evolução Global**

Segundo o Banco de Cabo Verde, os indicadores de tendência da atividade económica nacional sugerem uma contração da procura interna, em resultado principalmente da diminuição dos investimentos públicos e privados, num contexto de fraca recuperação do consumo privado e crescimento muito moderado do consumo público. Verifica-se, no entanto, uma evolução mais favorável da procura interna no quarto trimestre, determinada pelo crescimento significativo do indicador do consumo 12,2%, (comparando às variações de -0,8%, 2,65 e -7,2% registados nos terceiro, segundo e primeiro trimestres de 2013, respectivamente).

A procura externa líquida em 2013 apresentou uma tendência de evolução positiva, impulsionada, principalmente, pela redução das importações de bens e serviços (favorecida, também, pela redução dos preços das mercadorias importadas) e crescimento, embora em desaceleração, das receitas de turismo.

A evolução dos indicadores de confiança dos agentes económicos cabo-verdianos confirma a tendência de desempenho menos conseguido da economia nacional em 2013. Com efeito, tanto o indicador de clima económico como o indicador de confiança dos consumidores apresentaram ao longo do ano tendências decrescentes, tendo este último atingido, no quarto trimestre de 2013, valor correspondente a mínimo histórico.

A taxa de inflação do ano 2013 situou-se em 1,5%, cerca de 1 ponto percentual (p.p) abaixo do valor registado em Dezembro de 2012 que foi de 2,5%. No mês de Dezembro de 2013 a taxa de variação homóloga registada pelo IPC foi de 0,1%,



aumentando 0,1p.p face ao valor registado no mês anterior. A variação mensal observada entre novembro e dezembro de 2013 foi de 0,5%, valor superior em 0,7 p.p ao registado no mês anterior.

O comportamento dos preços no consumidor reflecte, em larga medida, a redução dos preços internacionais de energia e de bens alimentares, bem como a redução dos preços no consumidor e no produtor dos principais mercados de importação, num contexto de contracção da procura interna, abrandamento da procura externa e aumento da produção doméstica de frescos e de energia. Estes factores mais que compensaram o impacto na inflação do ajustamento da taxa do imposto sobre o valor acrescentado nos bens e serviços no início de 2013.

### **1.2.2. - Política e Situação Monetária**

Os desenvolvimentos nas contas externas, aliados ao aumento do crédito líquido ao Sector Público Administrativo justificam a aceleração da expansão monetária.

As informações disponíveis para o sector monetário sugerem que o aumento das disponibilidades líquidas sobre o exterior contribuiu significativamente para a expansão monetária em 2013.

O agregado M2 cresceu 9,6% em 2013 (6,3% em 2012), em resultado do aumento das reservas internacionais líquidas pelo Banco Central (4,9%) e do aumento dos activos externos líquidos dos bancos comerciais (em cerca de 38%) justificam o reforço da posição externa líquida do sistema bancário.

A evolução do crédito interno, (refira-se que o crédito líquido ao Sector Público Administrativo cresceu 9,4% em termos homólogos) registou um substancial abrandamento no seu ritmo de crescimento, tanto face aos meses precedentes (em torno de 21%, em média) como relativamente a 2012 (quando cresceu 20,3%).



O crédito à economia registou um ligeiro crescimento homólogo cerca de 1,2% em dezembro, que é justificado pelo aumento do crédito concedido às empresas não financeiras (3,5%) e a particulares para construção de habitação própria ou para investimento (3,6%).

Os depósitos de residentes cresceram cerca de 13,1%, impulsionados, sobretudo, pela constituição de depósitos à ordem e a prazo em moeda nacional, que aumentaram 19% e 20%, respetivamente. Contudo, o ritmo de constituição dos depósitos dos emigrantes desacelerou dos 9%, registados em 2012, para 4,6%.

**Quadro 1: Situação Monetária**

	Dez-12	Mar-13	Jun-13	Set-13	Dez-13	T.V.H.	
	Saldos em milhões de escudos					Dez-13	Dez-12
<b>Posição externa</b>	<b>27.896,9</b>	<b>27.161,4</b>	<b>30.207,5</b>	<b>30.767,2</b>	<b>35.270,0</b>	<b>26,4</b>	<b>21,0</b>
Activos Externos Líq. BCV	32.288,3	33.634,0	34.470,4	33.402,4	38.005,5	17,7	16,7
<b>Crédito Interno Líquido</b>	<b>116.458,4</b>	<b>117.009,9</b>	<b>118.575,6</b>	<b>118.905,9</b>	<b>119.775,1</b>	<b>2,8</b>	<b>3,7</b>
Crédito Líquido ao SPA	22.841,0	24.291,5	25.585,9	25.334,1	24.999,0	9,4	20,3
Crédito à Economia	93.617,5	92.718,3	92.989,7	93.571,8	94.776,1	1,2	0,3
<b>Massa Monetária</b>	<b>122.589,8</b>	<b>123.248,5</b>	<b>126.997,9</b>	<b>129.306,9</b>	<b>134.399,8</b>	<b>9,6</b>	<b>6,3</b>
Base Monetária	32.573,6	33.753,7	33.987,4	35.257,0	38.139,8	17,1	33,3

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: T.V.H. – taxa de variação homóloga.

### 1.2.3. -Sector Financeiro

Cabo Verde dispõe hoje de oito Bancos “on-shore” e uma dezena de instituições financeiras a operar na zona “off-shore”.

Segundo Relatório de Política Monetária, publicado em Novembro de 2013 pelo Banco de Cabo Verde (BCV), os indicadores de conjuntura sugerem um contínuo



abrandamento da dinâmica económica ao longo dos primeiros nove meses de 2013, também influenciado pela deterioração da confiança dos agentes económicos e do balanço do sistema bancário.

Com a desaceleração dos preços no consumidor e o aumento das reservas internacionais do país, o Banco de Cabo Verde, com o intuito de estimular o financiamento de projectos privados viáveis e, consequentemente, a actividade económica, adoptou uma abordagem moderadamente acomodatória, a partir de Maio. Num primeiro momento, o BCV reorientou os leilões dos títulos próprios, em função das taxas propostas pelos Bancos, posteriormente, baixou a taxa de remuneração das facilidades permanentes de depósito, de 3,25% para 1%, e reduziu, para metade, a meta de esterilização da liquidez do sistema bancário.

A transmissão monetária permanece, contudo, muito condicionada à evolução dos indicadores prudenciais e à aversão aos riscos macro-financeiros manifestada pelo sector bancário, num contexto de implementação de medidas visando o reforço do balanço das instituições financeiras. Acresce-se que a política de financiamento do Governo, nomeadamente o maior recurso ao endividamento interno, efectiva-se numa conjuntura em que os bancos preferem investir em instrumentos de menor risco.

Nos próximos seis meses, subjacente à manutenção de um nível adequado de reservas externas e ao contínuo fortalecimento do sistema financeiro, a política do Banco de Cabo Verde deverá continuar a favorecer a retoma da dinâmica da economia. Impulsionado, igualmente, pelo ligeiro crescimento dos principais parceiros do país, o cenário central das actuais projecções aponta para alguma recuperação da dinâmica de crescimento em 2014.

A expansão monetária foi determinada, em larga medida, pelo expressivo aumento das aplicações dos bancos no exterior em cerca de 66%, combinado com a acumulação das reservas internacionais líquidas do país na ordem dos 4%.



Igualmente, o aumento significativo da dívida do Governo Central (27%), num contexto de evolução desfavorável das receitas públicas (fiscais e donativos), contribuiu, em boa medida, para o crescimento acelerado do M2.

Registe-se que a estagnação do crédito à economia nos últimos vinte meses sucede a uma década de crescimento muito rápido do endividamento das empresas e famílias. Em dez anos, o crédito à economia mais que duplicou, passando a representar 66 por cento do PIB em 2011, favorecido pela confortável posição de liquidez do sector bancário e pelo ciclo económico, em particular, pela extraordinária expansão do sector da construção e do turismo a partir de meados da década de 2000.

Apesar do significativo aumento do crédito ao sector público, o crédito interno evoluiu moderadamente ao longo dos primeiros nove meses do ano, devido à ligeira redução dos empréstimos concedidos a particulares e a sociedades não financeiras (em 1,2%, que compara aos crescimentos de 0,2% e de 10% em finais de 2012 e 2011, prospectivamente).

O ano de 2013, na Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC), ficou marcado pela concretização de alguns projetos e atividades importantes, como duas ofertas Públicas de Distribuição (INPHARMA e IFH), lançamento oficial da Plataforma de Leilões, realização da primeira Mesa Redonda Estratégica e Empresarial, automatização (real time) de liquidação de operações junto ao Banco de Cabo Verde (BCV), entre outros.

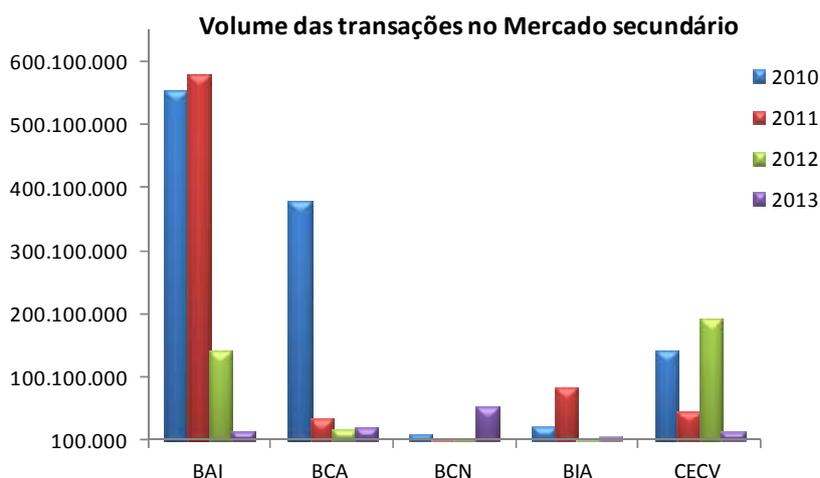
Também se registou um aumento do número de Corporate Bond cotadas em 6,97%, mantendo-se constante o número de Empresas Cotadas – Equity (4) e o número de Municipal Bond cotadas (2). Em relação ao número de Títulos de Tesouro tiveram um aumento de 46 para 221 títulos fruto da passagem de custódia de BCV para BVC bem como a admissão a cotação em Bolsa da totalidade dos Títulos de Tesouro vivos à data de Maio de 2013.



No que concerne ao volume de emissões no Mercado Primário, o total foi de 9.603.930 contos em 2013 contra 11.482.360 contos em 2012 registando uma queda de -16,36%. Dos totais das Obrigações no mercado primário, ocorrido durante o ano de 2013, as Obrigações do Tesouro, representam cerca de 77,11% (7.405.695 contos); os Bilhetes do Tesouro, cerca de 21,64% (2.078.235 contos) e outras Obrigações emitidas pelas Empresas Nacionais representam 1,25% (120.000 contos).

É de salientar que em 2013 as famílias e pequenos investidores participaram nos leilões de títulos do tesouro através de lances não competitivos. Após o lançamento oficial da Plataforma (Maio 2013) foram subscritas, até o final de 2013, pelo Público em Geral, através de Lances Não Competitivos, o montante de 196.200 contos, sendo 56.005 contos em Bilhete de Tesouro e 140.195 contos em Obrigações de Tesouro.

No que tange às transações no mercado secundário durante o ano de 2013, atingiu-se o montante de 105.930 contos em 2013, com decréscimo de 70,40% face ao mesmo período do ano anterior. É de salientar em 2012 tinha registado o valor de 357.863 contos.



Fonte: Bolsa Valores de Cabo Verde



#### **1.2.4. -Perspetivas para 2014**

A economia mundial deverá crescer 3,6% em 2014 e 3,9% em 2015, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), que reviu ligeiramente em baixa as suas previsões, sublinhando que os riscos permanecem descendentes. No World Economic Outlook, que inclui as perspetivas macroeconómicas da organização, o FMI refere que a atividade mundial recuperou na segunda metade de 2013, antecipando-se que melhore ainda mais em 2014 e 2015, impulsionada sobretudo pelos Estados Unidos.

No entanto, comparando com a última atualização do World Economic Outlook, de janeiro, o FMI piorou ligeiramente as suas previsões, em 0,1 pontos percentuais tanto para 2014 como para 2015, esperando agora um crescimento de 3,6% e de 3,9%, respetivamente. O maior contributo para o crescimento global virá dos Estados Unidos, que deverá crescer 2,8% em 2014 e 3% em 2015, devido a uma consolidação orçamental mais moderada, às condições acomodáticas de política monetária, à riqueza das famílias (que aumentou) e às melhores condições de acesso a crédito bancário.

Também a zona euro deverá contribuir para o crescimento da economia mundial: as expectativas do FMI sugerem um crescimento na ordem de 1% em 2014, depois de dois anos consecutivos de recessão. Registe-se que a manutenção de condições desfavoráveis no mercado de crédito, principalmente nas economias mais vulneráveis, continua a condicionar o desempenho económico da região, numa conjuntura de algum afrouxamento da política de consolidação orçamental (de cerca de 1% do PIB em 2013 para 0,25% em 2014).

A conjuntura económica ainda pouco favorável da Zona Euro deverá continuar a condicionar a evolução da economia nacional. Registe-se que a economia cabo-verdiana tem sido severamente afectada pela crise europeia, via redução,



primeiramente, dos influxos de investimento directo estrangeiro, da ajuda pública ao desenvolvimento e, mais recentemente, das remessas dos emigrantes para apoio familiar.

Para 2014, as perspectivas para a evolução da actividade económica nacional, em linha com o desenvolvimento da conjuntura externa, será marcada por um ambiente de elevadas incertezas. Assim, o Governo apresenta uma proposta de Orçamento do Estado de 57.859 milhões de escudos, 8,2% superior à estimativa para 2013, com um défice global de 7,4% do PIB. Essa evolução representará um agravamento de 0.17p.p. do défice reprogramado para 2013, e prevê-se um crescimento do PIB cabo-verdiano entre 3,5% e 4,5% para 2014.

Para 2014, o MFP prevê um crescimento mais acelerado das receitas fiscais (10%), suportado pela recuperação da dinâmica da actividade económica e pela consolidação das novas fontes de receitas. Prevê, igualmente, um aumento na ordem dos 8% das despesas de funcionamento, antevendo a realização de algumas despesas não executadas em 2013, não obstante o anunciado esforço de contenção dos gastos correntes.

Segundo o relatório da Política Monetária publicado em Novembro de 2013, a procura interna deverá recuperar ligeiramente, em resultado da dissipação dos efeitos das medidas fiscais implementadas em 2013 no rendimento das famílias e das empresas, de alguma recuperação das transferências externas para apoio familiar (em função de um desempenho melhor dos principais parceiros do país) e de um aumento do consumo público.

A Formação Bruta de Capital Fixo, contudo, deverá permanecer com um perfil ascendente, devido, principalmente, à contínua redução dos investimentos privados internos. Com efeito, prevê-se que o crédito para financiar os investimentos domésticos residenciais e não residenciais permaneça muito aquém da média de crescimento dos últimos anos.



A procura externa dirigida à economia cabo-verdiana deverá, igualmente, crescer num ritmo mais acelerado que em 2013, com a recuperação económica dos principais mercados de exportação cabo-verdiana e o aumento da oferta turística. No entanto, as importações de bens e serviços deverão crescer para satisfazer o aumento da procura, condicionando o efeito da procura externa líquida no crescimento da economia.

A evolução prevista das componentes da procura implica uma contínua melhoria da balança de bens e serviços.

A balança de pagamentos deverá permanecer excedentária e as reservas internacionais líquidas deverão garantir cerca de quatro meses de importações, tanto em 2013 como em 2014.



## 2. Síntese da Atividade do Banco

### 2.1.- Posição no Sistema Bancário

O desempenho do Banco Interatlântico sofreu os efeitos da crise apesar de ter registado ganhos a nível de alguns dos indicadores da atividade comercial, onde se destaca o crescimento verificado a nível da captação de recursos.

O Banco conheceu um crescimento global dos recursos de clientes (incluído os juros) na ordem dos 8,77% em relação a dezembro de 2012.

No segmento de particulares o Banco manteve um interessante ritmo de crescimento dos recursos captados, com uma variação positiva de 1.056.426 contos mais 13,1% face a Dezembro de 2012.

De realçar, igualmente, o crescimento de 14,60% dos recursos totais dos emigrantes, sendo que os depósitos a prazo emigrante cresceram 18,31%.

No segmento de empresas, tendo aumentado em 304.651 contos (+4,08%) face ao dezembro 2012, com forte crescimento no sector público de 469.191 contos (34,93%).

A quota de mercado dos recursos dos clientes do Banco registou um decréscimo de -0,31p.p.

Recursos dos Clientes	Dez-12	Dez-2013 <sup>P</sup>	2013 Dez/ Dez 2012	
			Valor	%
Sistema	118.954.077	132.525.096	13.571.019	11,41%
BI	15.621.411	16.990.030	1.368.618	8,76%
Quota Mercado	13,13%	12,82%		-0,31%

Fonte: Banco Cabo Verde ( Posição provisório Dezembro 2013); Não Inclui Juros



O crédito ao cliente, em termos brutos incluindo os títulos da dívida pública, atingiu 15.739.185 contos no final de dezembro 2013, representando uma redução de 112.778 contos (-0,71%) relativamente ao dezembro 2012.

A nível do crédito global, a quota do mercado do Banco passou de 13,68% para 13,07%, evidenciando um ligeiro decréscimo de 0,61 p.p.

Crédito Bruto	Dez-12	Dez-2013 <sup>P</sup>	2013 Dez/ Dez 2012	
			Valor	%
Sistema	115.876.313	120.426.297	4.549.984	3,93%
BI	15.851.963	15.739.185	-112.778	-0,71%
Quota Mercado	13,68%	13,07%		-0,61%

Fonte: Banco Cabo Verde (Posição provisório Dezembro 2013); Não inclui Juros, inclui títulos da Dívida pública

Considerando o volume de negócios (recursos adicionado do crédito), verifica-se que o Banco Interatlântico diminui a sua quota global que se situou nos 12,94%, o que representou um decréscimo, face ao período homólogo, de 0,46 p.p.

Volume de Negócios	Dez-12	Dez-2013 <sup>P</sup>	2013 Dez/ Dez 2012	
			Valor	%
Sistema	234.830.390	252.951.393	18.121.003	7,72%
BI	31.473.374	32.729.215	1.255.840	3,99%
Quota Mercado	13,40%	12,94%		-0,46%

Fonte: Banco Cabo Verde (Posição provisório Dezembro 2013)



## **2.2.- Atividade Comercial**

### **2.2.1.- Recursos**

Os recursos totais de clientes no ano de 2013 ascenderam a cerca de 17.156.377 contos, evidenciando um incremento de 1.383.647 contos (+8,77%) face a 2012. Os recursos totais de clientes englobam os depósitos de clientes, no montante de 16.274.499 e com um peso de 94,86%, bem como as captações de liquidez, decorrentes dos títulos colocados no mercado secundário, incluindo juros corridos associados, com um total de 691.822 contos, correspondentes a 4,03% da carteira de recursos de clientes. Os outros recursos (cheques a cobrar) totalizam o montante 16.998 contos e juros e encargos a pagar no montante de 173.059 contos.

Em 31 de Dezembro de 2013, a carteira de depósitos de clientes incluía depósitos à ordem no montante de 6.363.235 contos (correspondente a 37% dos totais dos recursos), que aumentaram 10,87%, depósitos a prazo com um saldo de 9.770.773 contos ( 57% do total de recursos), que aumentaram 17,72% e depósitos poupança no montante de 140.491 contos, registando um decréscimo de -19,43%.

Em relação aos títulos do tesouro colocados no mercado secundário, atingiram o montante de 691.822 contos, o que representou um decréscimo de 50,55% face ao período homólogo, em virtude do vencimento dos títulos em carteira, sem possibilidade de renovação devido às novas regras que regulam o mercado secundário de títulos da dívida pública. Este facto levou a uma substituição de obrigações por depósitos a prazo. Uma outra nota importante, tem a ver com a participação das famílias e pequenos Investidores nos leilões de títulos do tesouro através de lances não competitivos. Do total dos títulos do tesouro colocados no mercado secundário apresentados, 684.000 contos diz respeito ao capital e 7.822 contos são juros a pagar.



O rácio de transformação medido pelo crédito bruto relativamente aos recursos de clientes situou-se em 83,72% em dezembro de 2013.

Analisando os recursos por segmento de clientes (excluindo juros a pagar e cheques a cobrar), constatamos que os particulares continuam a deter maior peso nos totais dos recursos, passando de 52,08% para 54,13%, representa um crescimento 13,01% face a Dezembro de 2012.

As empresas, por seu lado, verificam uma ligeira diminuição na sua quota-parte, tendo passado de 47,92 % para 45,87%, e evidenciam um crescimento de 4,08%.

Mil CVE

<b>Depósitos</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2013/2012</b>	
Empresas	7.475.050	7.779.701	304.651	4,08%
Particulares	8.122.372	9.178.798	1.056.426	13,01%
<b>Total</b>	<b>15.597.422</b>	<b>16.958.499</b>	<b>1.361.077</b>	<b>8,73%</b>

Não inclui Juros a pagar e Cheques a Cobrar

Mil CVE

<b>Descritivos</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2013/2012</b>	
<b>Empresas</b>	<b>7.475.050</b>	<b>7.779.701</b>	<b>304.651</b>	<b>4,08%</b>
Depósitos á Ordem	3.327.797	3.904.576	576.778	17,33%
Depósitos Prazo	3.159.252	3.628.126	468.873	14,84%
Obrigações Tesouro M. Secundário	988.000	247.000	-741.000	-75,00%
<b>Particulares</b>	<b>8.122.372</b>	<b>9.178.798</b>	<b>1.056.426</b>	<b>13,01%</b>
Depósitos á Ordem	2.411.751	2.458.659	46.908	1,94%
Depósitos Prazo	5.315.020	6.283.139	968.118	18,21%
Obrigações Tesouro M. Secundário	395.600	437.000	41.400	10,47%
<b>Total</b>	<b>15.597.422</b>	<b>16.958.499</b>	<b>1.361.077</b>	<b>8,73%</b>

Não inclui Juros a pagar e Cheques a Cobrar



	Dez-12	Dez-13	Valor	Mil CVE %
<b>Recursos de clientes</b>	<b>15.772.730</b>	<b>17.156.377</b>	<b>1.383.647</b>	<b>8,77%</b>
<b>Depósitos de Clientes (1)+(2)+(3)</b>	<b>14.213.822</b>	<b>16.274.499</b>	<b>2.060.677</b>	<b>14,50%</b>
<b>À ordem (1)</b>	<b>5.739.549</b>	<b>6.363.235</b>	<b>623.686</b>	<b>10,87%</b>
DO - Sector público Administrativo	283.704	560.437	276.733	97,54%
DO Residentes	4.167.268	4.436.423	269.155	6,46%
DO - Não residentes	809.835	885.064	75.228	9,29%
DO Emigrantes	478.742	481.310	2.569	0,54%
<b>À Prazo (2)</b>	<b>8.299.908</b>	<b>9.770.773</b>	<b>1.470.865</b>	<b>17,72%</b>
DP Residentes	4.760.502	5.635.971	875.469	18,39%
DP Emigrantes	2.435.204	2.881.004	445.800	18,31%
DP - Não residentes	1.104.201	1.253.798	149.597	13,55%
<b>Poupança (3)</b>	<b>174.365</b>	<b>140.491</b>	<b>-33.874</b>	<b>-19,43%</b>
Poupança Jovem	174.365	140.491	-33.874	-19,43%
<b>Títulos Tesouro -Mercado Secundário</b>	<b>1.399.053</b>	<b>691.822</b>	<b>-707.231</b>	<b>-50,55%</b>
Bilhete de Tesouro - Cliente	0	0	0	0,00%
Obrigações de Tesouro - Cliente	1.383.600	684.000	-699.600	-50,56%
Juros a Pagar BT/OT/Cliente	15.453	7.822	-7.631	-49,38%
<b>Outros Recursos</b>	<b>14.529</b>	<b>16.998</b>	<b>2.468</b>	<b>16,99%</b>
cheques e ordens a pagar	14.529	16.998	2.468	16,99%
<b>Juros e Encargos Similares de clientes</b>	<b>145.326</b>	<b>173.059</b>	<b>27.732</b>	<b>19,08%</b>
Residentes	76.934	91.667	14.733	19,15%
Não residentes	68.392	81.391	12.999	19,01%

## 2.2.2. - Crédito a clientes

O saldo da carteira do crédito em 31 de dezembro de 2013, incluindo o crédito e juros vencidos, os proveitos a receber e as obrigações privadas atingiu o montante líquido de 12.913.620 contos, registando um ligeiro decréscimo face ao período homólogo.

### 2.2.2.1 Crédito não representado por valores mobiliários

A carteira do crédito, não representado por valores mobiliários, em termos bruto registou um decréscimo de -21.744 contos (-0,16%) face ao ano anterior, totalizando 13.732.533 contos.



	Dez-12	Dez-13	Valor	%
Mil CVE				
<b>Credito a clientes</b>				
<b>Outros créditos e valores a receber (titulados)</b>	<b>625.414</b>	<b>587.738</b>	<b>-37.677</b>	<b>-6,02%</b>
De outros emissores nacionais	631.746	630.178	-1.568	-0,25%
<b>Rendimentos a receber/Deferidos</b>	<b>15.202</b>	<b>15.030</b>	<b>-172</b>	<b>-1,13%</b>
Rendimentos receber Titulos	14.790	14.617	-173	-1,17%
Receitas com rendimento diferido	412	413	1	0,26%
<b>Imparidade</b>	<b>21.534</b>	<b>57.471</b>	<b>35.937</b>	<b>166,89%</b>
<b>Crédito não representado por valores mobiliários Bruto</b>	<b>13.754.277</b>	<b>13.732.533</b>	<b>-21.744</b>	<b>-0,16%</b>
De curto prazo	671.842	661.060	-10.783	-1,60%
De médio e logo prazo	10.657.472	9.561.440	-1.096.032	-10,28%
Crédito ao pessoal	260.067	287.869	27.802	10,69%
<b>Situação Normal</b>	<b>11.589.381</b>	<b>10.510.368</b>	<b>-1.079.013</b>	<b>-9,31%</b>
<b>Crédito e Juros Vencidos</b>	<b>2.164.896</b>	<b>3.222.164</b>	<b>1.057.269</b>	<b>48,84%</b>
Capital	2.148.681	3.202.075	1.053.394	49,03%
Despesas de Crédito Vencido	16.215	20.089	3.874	23,89%
<b>Imparidade de crédito a clientes e crédito/juros vencidos</b>	<b>1.237.568</b>	<b>1.331.033</b>	<b>93.465</b>	<b>7,55%</b>
<b>Crédito não representado por valores mobiliários Líquido</b>	<b>12.516.710</b>	<b>12.401.500</b>	<b>-115.209</b>	<b>-0,92%</b>
<b>Rendimentos a receber/Deferidos</b>	<b>74.330</b>	<b>75.617</b>	<b>1.287</b>	<b>1,73%</b>
Rendimentos a receber credito	74.330	75.617	1.287	1,73%
<b>Crédito Sobre Clientes (Líquido)</b>	<b>13.067.794</b>	<b>12.913.620</b>	<b>-154.173</b>	<b>-1,18%</b>

## Crédito por Segmentos

No final do ano, o crédito concedido aos clientes empresas manteve a sua dominância na estrutura do crédito ao atingir 9.229.110 contos representando deste modo 67,21% do crédito total e registando um ligeiro decréscimo de 112.992 contos (-1.21%) em comparação com período homólogo, enquanto o crédito a particulares representou 32,79% da carteira e registou o crescimento de 91.247 contos (+2,07%) face ao ano transato.

	Mil CVE			
Descritivo	Credito Normal	Credito Vencido	Total	Peso
Particular ( P )	4.071.896	431.527	4.503.422	32,79%
Empresa ( E )	6.438.473	2.790.638	9.229.110	67,21%
<b>Total Credito Bruto</b>	<b>10.510.368</b>	<b>3.222.164</b>	<b>13.732.533</b>	<b>100%</b>



## Crédito por Setor

No final de 2013, a carteira de crédito às empresas por setor de atividades encontrava-se concentrada nos sectores de transporte, construção, comércio e serviços. Quando comparado com o ano transato verificasse um crescimento da exposição do Banco ao setor de indústrias extrativas e transformadoras e comércio (110,21% e 5,00%) respetivamente. Por seu turno, também se regista um decréscimo sobretudo nos setores de construção (411.395 contos); outros serviços (216.856 contos) comércio (31.057 contos) e agricultura e pesca (2.929 contos).

Na carteira de crédito a particulares, o crédito habitação registou um acréscimo de 321.317 contos (+12,86%) e outros fins uma redução de 230.070 contos (-12,02%)

Sector de Actividades	Dez-12	Dez-13	MIL CVE	
			Variação	
			Absoluta	Relativa
<b>Empresas</b>	<b>9.342.104</b>	<b>9.229.113</b>	<b>-112.991</b>	<b>-1,21%</b>
Agricultura e Pesca	8.380	5.451	-2.929	-34,95%
Indústrias extrativas e Transformadoras	516.425	1.085.573	569.148	110,21%
Construção	1.838.494	1.427.099	-411.395	-22,38%
Comércio	620.856	651.913	31.057	5,00%
Transporte	1.598.085	1.516.069	-82.016	-5,13%
Outros serviços	4.759.864	4.543.008	-216.856	-4,56%
<b>Particulares</b>	<b>4.412.173</b>	<b>4.503.419</b>	<b>91.246</b>	<b>2,07%</b>
Habitação	2.498.207	2.819.524	321.317	12,86%
Outros fins	1.913.966	1.683.896	-230.070	-12,02%
<b>Total</b>	<b>13.754.277</b>	<b>13.732.532</b>	<b>-21.745</b>	<b>-0,16%</b>



### **2.2.2.2- Outros créditos e valores a receber**

No que tange a outros créditos e valores a receber de outros residentes nacionais, registou um saldo líquido de 587.738 contos, sendo capital 630.178 contos, 15.030 contos de rendimentos a receber e imparidade no montante de 57.471 contos. Face ao dezembro de 2012, registou uma variação negativa de 37.677 contos (-6.02%)

### **2.2.3 Qualidade da Carteira de Credito**

O saldo do crédito vencido atingiu no final de 2013 o valor de 3.222.164 contos (2.164.896 contos em dezembro de 2012), tendo aumentado 48,84% relativamente a dezembro de 2012. A deterioração que se tem vindo a assistir na situação económica e financeira das empresas cabo-verdianas tem agravado a qualidade da carteira de crédito do Banco.

A qualidade da carteira de crédito, avaliada pelos níveis dos indicadores de incumprimento, nomeadamente pela proporção do crédito vencido em função do crédito bruto incluindo obrigações emitidos por empresas nacionais, situou-se em 22,43% (15,05% em dezembro de 2012). O grau de cobertura do crédito vencido pela imparidade situou-se em 43,09% em 31 de dezembro de 2013, comparando com 58,16% em igual data de 2012.

O indicador da qualidade do crédito (crédito em incumprimento/crédito total), nos termos da circular série A nº 150/DSE/2009, do Banco de Cabo Verde, situou-se em 13,86% contra 8,12% no ano anterior, registando um aumento de 5,75p.p.

As ações da cobrança judicial foram intensificadas em 2013, tendo dado entrada no tribunal um elevado número de casos, contemplando os principais casos considerados de menor probabilidade de regularização ou de viabilização.

As operações de grandes riscos e as pertencentes aos sectores considerados de risco elevado, como é o caso da imobiliária turística são acompanhadas pela



Comissão Executiva, tendo mantido contacto permanente com os promotores durante o ano.

As negociações e as perspetivas de resolução dos projetos de imobiliária turística existente na carteira do Banco, tem conhecido avanços e recuos, mas sem efeito prático na situação da carteira.

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade à sua carteira de crédito, sendo que a identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual quando a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quando os saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Para efeito de análise coletiva de imparidade, os activos são classificados em grupos homogéneos, com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os “cash-flows” futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade foram igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos acima descritos.

Para o ano de 2013, no modelo, foram, como é recomendável, atualizadas as séries estatísticas dos fatores de risco, ou seja a probabilidade de indícios (PIs), a probabilidade de “default” (PDs) e de perda em caso de “default” (LGDs), acrescentando ao histórico o comportamento dos pagamentos mais atuais. Atualmente o histórico reflete 96 períodos reais.

Foi também atualizada a base de dados dos créditos reestruturados e os seus comportamentos com o decorrer do exercício de 2013.



Assim, o Banco tem vindo a dar continuidade ao trabalho iniciado em 2011, de sistematização da informação sobre reestruturação de créditos no seu sistema informático e de concepção e implementação de uma metodologia específica para a estimativa de Perdas por Imparidade para créditos reestruturados. Este processo ficou concluído, com impacto significativo no aumento da imparidade.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Em 2013 foram registadas imparidades no montante de 1.331.033 contos referente à carteira de crédito não titulado, contra 1.237.568 contos em 2012, representando um crescimento de 93.465 contos +7,55%, com a seguinte distribuição:

Mil CVE					
Segmentos 2013	Valor de Balanço	Imparidade	Taxa de Imparidade	Provisões Legais	Taxa de Provisões
Habituação	2.831.770	99.264	3,505%	147.039	5,19%
Outros Créditos	1.671.652	144.969	8,672%	139.383	8,34%
Garantias Pessoais	13.174	26	0,197%	90	0,68%
Crédito Geral	8.976.940	1.073.240	11,956%	951.088	10,59%
Garantias Empresa	2.818.237	13.533	0,480%	502	0,02%
Sector Público	586.859	0	0,000%	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>16.898.632</b>	<b>1.331.033</b>	<b>7,877%</b>	<b>1.238.101</b>	<b>7,33%</b>

\* Inclui Créditos Documentários e Garantia Prestadas e não Inclui Obrigações Emitidas por Empresas Nacionais

Mil CVE					
Segmentos 2012	Valor de Balanço	Imparidade	Taxa de Imparidade	Provisões Legais	Taxa de Provisões
Habituação	2.726.458	63.342	2,323%	133.314	4,89%
Outros Créditos	1.685.717	190.450	11,298%	113.631	6,74%
Garantias Pessoais	16.944	42	0,247%	33	0,20%
Crédito Geral	9.083.649	970.212	10,681%	733.296	8,07%
Garantias Empresa	1.737.321	13.522	0,778%	0	0,00%
Sector Público	418.367	0	0,000%	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>15.668.456</b>	<b>1.237.568</b>	<b>7,898%</b>	<b>980.274</b>	<b>6,26%</b>

\* Inclui Créditos Documentários e Garantia Prestadas e não Inclui Obrigações Emitidas por Empresas Nacionais



Como se pode verificar, registou-se um acréscimo da taxa de imparidade em alguns segmentos de crédito caso de outros créditos; Crédito Geral (crédito a empresas) e Garantias Pessoais, reflectindo os aspectos de conjuntura já referidos ao longo deste Relatório.

A imparidade acumulada para Outros créditos e valores a receber (Titulados) situou-se em 57.471 contos. Este valor foi obtido com base na taxa de imparidade calculada pela aplicação com base nas estatísticas para o segmento empresa sem indícios com excepção de uma empresa que foi feita análise Individual.

O total da imparidade para os créditos incluindo outros créditos e valores a receber (titulados) posicionou-se em 1.388.503 contos.

### **2.3.- Operações de mercado de capitais**

No ano de 2013, os títulos de outros emissores residentes registaram uma diminuição de 1.568 contos relativamente ao dezembro de 2012. Essa variação resultou da amortização parcial do capital investido das obrigações da Camara Municipal do Sal, do BCA e da Sogei nos termos da respetivas fichas técnicas. Durante o ano de 2013 houve aquisição de 699 obrigações da IFH e 400 obrigações da Tecnici Indústrias S.A.

A redução do prémio (custo com aquisição) das obrigações da Electra (A e B) resulta da amortização dos custos referente ao ano 2013.



Mil CVE

Outros Residentes Nacionais	Dez-12	Dez-13	Variação	
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	156.624	156.624	0,00%	0
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	32.199	32.199	0,00%	0
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.	30.000	30.000	0,00%	0
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	19.996	19.996	0,00%	0
Câmara Municipal do Sal	13.000	12.000	-7,69%	-1.000
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	6.668	5.334	-20,00%	-1.334
TecniciL Indústria, S.A.	6.193	6.593	6,46%	400
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	999	666	-33,33%	-333
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	29.968	29.968	0,00%	0
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D	136.099	136.099	0,00%	0
TecniciL - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. Serie G	200.000	200.000	0,00%	0
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.	0	699	100,00%	699
<b>Total</b>	<b>631.746</b>	<b>630.178</b>	<b>-0,25%</b>	<b>-1.568</b>

Os títulos da dívida pública, registaram um decréscimo de 87.599 contos (-5,90%) face ao dezembro de 2012.

Mil CVE

	Dez-12	Dez-13	Valor	%
<b>Títulos da dívida pública</b>	<b>1.485.375</b>	<b>1.397.776</b>	<b>-87.599</b>	<b>-5,90%</b>
De Dívida Pública Caboverdiana	1.465.940	1.376.474	-89.466	-6,10%
Rendimentos receber Banco	19.435	21.302	1.867	9,61%

### 2.3.1.- Carteira de Investimento e de negociação

Os “ativos financeiros disponíveis para venda”, tiveram uma variação positiva de 3.541 contos (+1,08%) face a Dezembro de 2012. Essa variação resultou de mais-valias potenciais que se encontravam registadas em reservas de reavaliação das participação na Visa.



## 2.4.- Promoção e Marketing

O ano de 2013 continuou a registar uma moderação no envolvimento do BI em atividades externas. No entanto, o Gabinete de Marketing, ao longo de 2013, teve a seu cargo, à semelhança dos anos anteriores as seguintes tarefas:

- ✓ Relativamente à comunicação interna o GMK teve sob a sua responsabilidade a gestão diária da intranet, com atualização de conteúdos, informação de novos produtos, criação e divulgação de fichas de novos produtos, informação/divulgação de patrocínios concedidos, inserção e organização de normativos internos, gestão dos aniversariantes do dia e outras notícias de carácter informativo e de lazer como por exemplo a informação semanal da agenda cultural.
- ✓ Foram desenvolvidas, no âmbito da Comunicação Externa as seguintes acções:
- ✓ O lançamento do novo produto de depósito a prazo direccionado a residentes e emigrantes, o BI Class mais e BI Class mais emigrante, veiculada nos principais jornais da praça, na televisão, em diferentes portais de grande visibilidade, no Website BI, nos balcões da rede de Agências do banco e na rede social.
- ✓ Coordenou a nova campanha do produto de depósito a prazo já existente no BI, o BI Poupança, cuja estratégia comercial foi a captação de novos recursos incentivando hábitos de poupança. A campanha também foi propagada nos principais jornais da praça, na televisão, em diferentes portais, no Website BI e nos balcões da rede de Agências BI e na rede social.



- ✓ Ainda no quadro das campanhas, é de referir a campanha de natal, também difundida nos mesmos meios já referenciados.

No âmbito das suas funções, o GMK teve sob a seu cargo, a criação da Ficha de produto, e Lançamento da Linha de Crédito para Estudantes do Ensino Superior com Garantia Mútua, produto objecto de protocolo entre o Governo e os Bancos, que se destina exclusivamente a particulares de nacionalidade caboverdiana, para financiar as despesas directamente relacionadas com a frequência de alunos em cursos de estudos superiores profissionalizantes, licenciatura, e mestrado, ministrados preferencialmente em Cabo Verde.

Em Julho de 2013 o BI aderiu á rede social, com a criação da sua página no facebook (<https://www.facebook.com/Interatlantico>) que sob a coordenação e gestão do marketing é actualizada diariamente com informações de carácter diversos, como por exemplo: de câmbio do dia/ cotações da Bolsa de Valores de Cabo Verde (semanal), divulgação de eventos e patrocínios, promoção dos produtos e serviços BI, boas práticas financeiras, dicas de poupança e outros assuntos de interesse e relevância para o cliente bancário.

Também teve a seu cargo o trabalhado do novo Preçário Geral do Banco, de acordo com as instruções técnicas do BCV, que através do Aviso nº 1/2013, de 12 de Abril, fixou as novas regras que as instituições de crédito e parabancárias devem observar na divulgação do preçário, definiu os deveres de informação e de assistência aos clientes que competem às instituições e determinou os serviços bancários gratuitos.

No reforço da sua imagem institucional, o BI participou em alguns eventos importantes especialmente junto da diáspora caboverdiana, nomeadamente no seu envolvimento como patrocinador de alguns eventos que merecem destaque, e que visaram a recolha de contribuições junto da comunidade emigrada, para uma melhoria constante da sua oferta comercial e a qualidade do serviço prestado. São eles:



- ✓ O Projecto de Instalação do Gabinete de Apoio à Integração da Comunidade (GAIL) - Promovido pela Associação Caboverdiana Cretcheu em Almada, inaugurado em maio de 2013 e que visa dar respostas às necessidades de integração e inclusão social, estruturada em várias valências;
- ✓ O Encontro Internacional do Movimento Associativo Caboverdiano na Diáspora realizada também em Maio de 2013, promovida pela Associação Caboverdiana de Lisboa, sob o lema "Movimento Associativo Cabo-Verdiano na Diáspora: Que Desafios, que Lideranças, que Futuro?".

O Banco promoveu ainda, em parceria com a Caixa Geral de Depósitos, encontros com emigrantes em Paris e em Luxemburgo, numa experiência piloto de acções conjuntas para mobilização dos recursos da diáspora cabo-verdiana através da rede internacional da CGD. Estas acções mereceram destaque na comunicação social na diáspora e no país, o que contribuiu para o reforço da notoriedade do Banco.

Essas atividades contaram com a envolvimento do marketing como articulador, fazendo a ponte entre o BI e as entidades patrocinadas, para assegurar e fazer valer as contrapartidas do Banco

É de referir também a participação do BI, pela 1ª vez, no reporte anual à CGD, com informações do seu desempenho, para inserção no Relatório de Sustentabilidade (RS) e Calculo da Pegada Carbónica, no quadro do alargamento do âmbito de reporte do Grupo CGD nas várias regiões onde se encontra presente e que teve o marketing como interlocutor do processo no BI.

Por último, destaca-se o relacionamento com Entidades Externas, nomeadamente os contactos permanentes com fornecedores e os órgãos de comunicação, quer seja para fazer cumprir os contratos de protocolos assinados, na divulgação de notícias e campanhas de produtos e serviços e eventos organizados pelo BI, bem como a

relação com entidades que beneficiam de patrocínios do banco, a fim de garantir a melhor participação do BI e assegurar o cumprimento das contrapartidas negociadas.

### 3. - Recursos Humanos

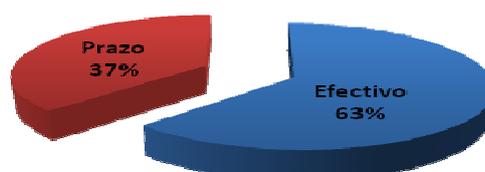
No final do exercício do ano de 2013, o Banco Interatlântico contava com 115 Colaboradores (mais 3 do que em 2012) excluindo os administradores, tendo sido registadas 12 admissões e 9 desvinculações, números, esses, que comparados com os do ano de 2012 revelam aumento em uma unidade do número de entradas e manutenção do número de saídas. Da totalidade das desvinculações, 3 foram por iniciativa própria e as restantes por iniciativa do Banco.

#### Movimentação de Entradas e Saídas

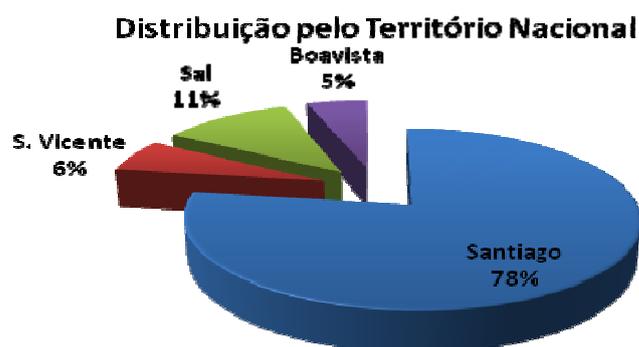


Dos 115 colaboradores no activo, 72 eram efectivos do quadro permanente e 43 possuíam contrato por tempo determinado, o que demonstra o aumento significativo do número de elementos efectivos face ao ano de 2012 (incremento de 5 Colaboradores) e uma redução, ainda que ligeira, do número de empregados com vínculo laboral a prazo.

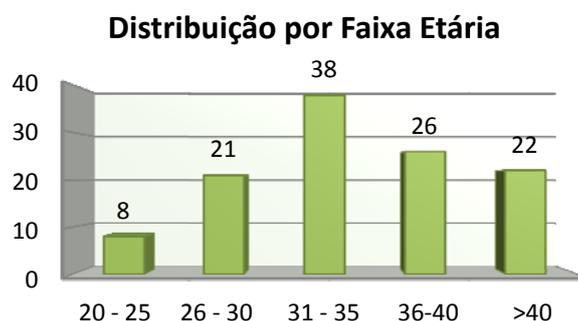
#### Situação Contratual



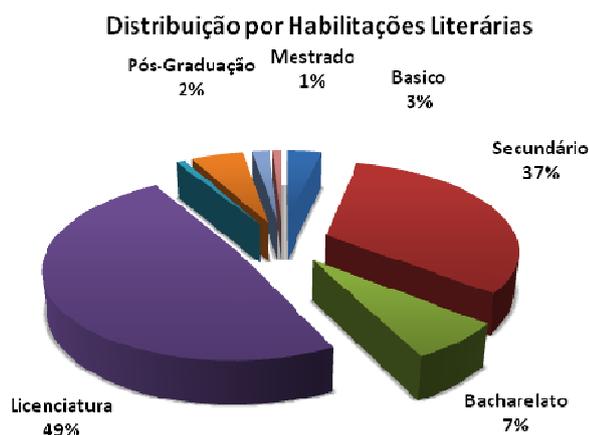
A nível nacional, a ilha de Santiago era a que possuía a maioria dos Colaboradores (89), seguida das ilhas do Sal, S. Vicente e Boavista, com 13, 7 e 6 empregados, respectivamente. De salientar que nestas três últimas, o número de Colaboradores manteve-se em relação ao ano de 2012.



A média de idades dos empregados era de 35 anos, sendo que a maior concentração do pessoal se situava na faixa etária entre os 31 e os 40 anos (representando 56% da totalidade dos empregados), o que se traduziu num maior grau de responsabilidade e de potencialidade; e, com fortes indícios para melhoria da produtividade e rentabilidade do Banco.



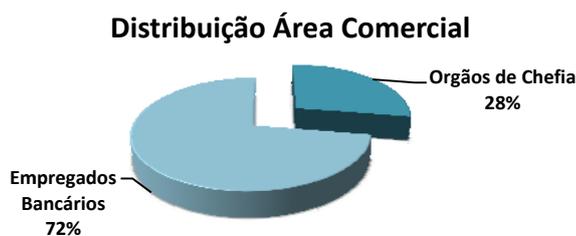
No que concerne às habilitações literárias e às qualificações profissionais, 49% dos Colaboradores detinham formação superior ao nível de Licenciatura e 7% de Bacharelato.



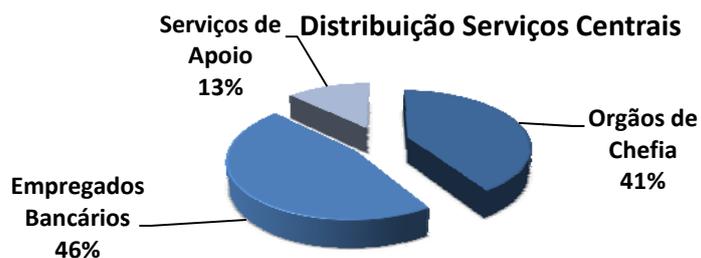
Quanto à distribuição dos Colaboradores por área funcional, constatou-se que 76 estavam afectos à Área Comercial e 39 aos Serviços Centrais.



Na Área Comercial, 21 dos Colaboradores desempenharam cargos de chefia e 55 eram Empregados Bancários.



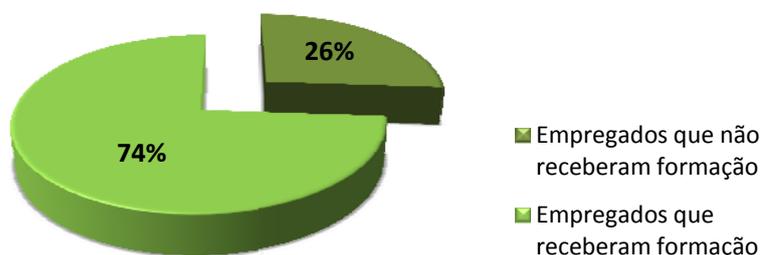
Nos Serviços Centrais, 16 Colaboradores desempenharam cargos de chefia, 18 eram Empregados Bancários e 5 prestaram serviços de apoio.



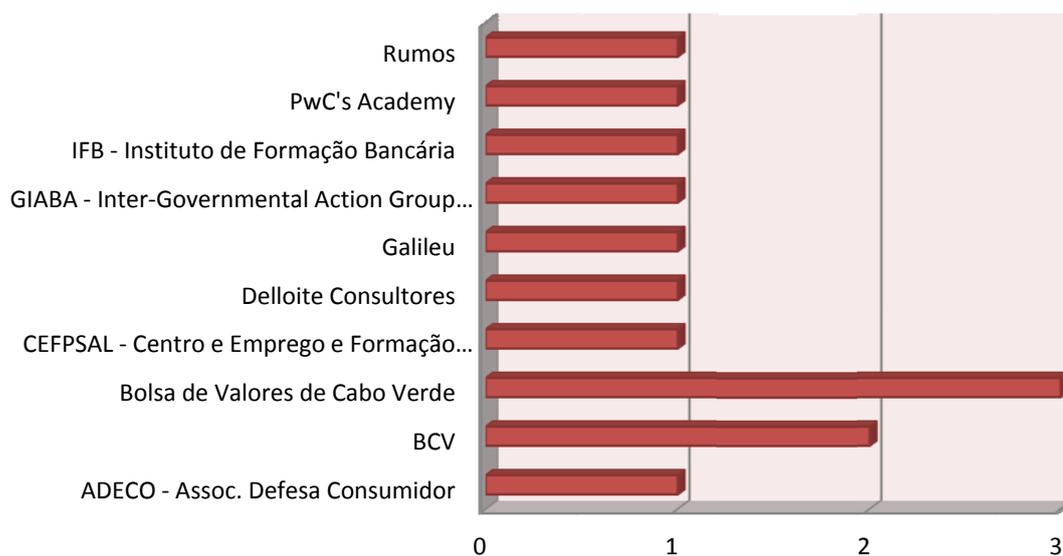
## Formação

Na totalidade, foram realizadas 13 acções de formação, sendo 3 delas ministradas pelo Banco de Cabo Verde e 2 pela Bolsa de Valores de Cabo Verde. No cômputo geral estiveram envolvidos 85 Colaboradores, o que correspondeu a 74% dos mesmos. De salientar que dos 85 formandos, 30 participaram em duas formações, 3 empregados em 3 formações e um colaborador participou mesmo em quatro.

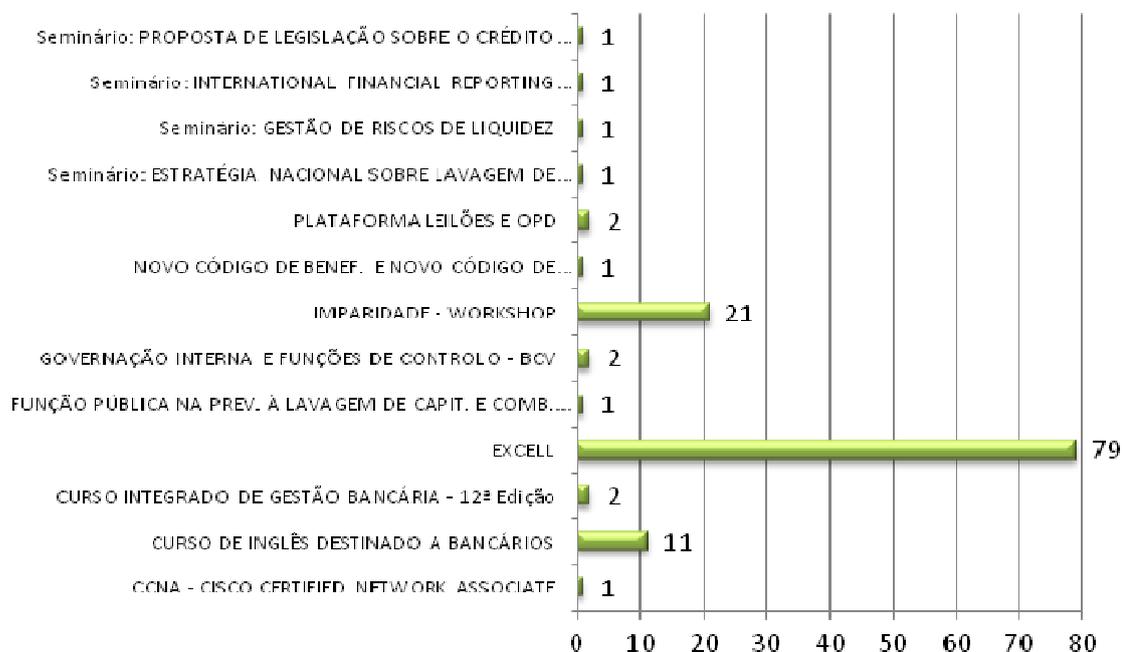
**Formação\_Empregados Contemplados**



### Formação\_Distribuição por Instituições Formadoras



### Formações Ministradas \_Nº de Participantes



## Estágios

Ao longo do ano de 2013 a forte procura ao nível de pedidos de emprego e de estágios manteve-se e, apesar da conjuntura menos favorável, o Banco mesmo assim proporcionou 17 estágios, tendo-se verificado uma redução de 07 estágios comparativamente com o ano transacto. Tal atitude levou em consideração a preocupação a nível social e o intuito de contribuir para minimizar a inactividade laboral



Apesar de 2013 ter sido um ano de recessão económica a nível mundial, os colaboradores não deixaram de ser beneficiados. Neste sentido, registou-se um aumento do salário no montante de 1.110 CVE, com entrada em vigor a 01 de Janeiro de 2013 e igual para todos os Colaboradores, facto que ocorreu pela primeira vez e que teve como objectivo o nivelamento do aumento salarial tendo em conta a conjuntura actual.



## 4. - Responsabilidade Social

Enquadrada na sua política de responsabilidade social, o Banco Interatlântico, continuou a apoiar durante o ano de 2013, diversas iniciativas promovidas por instituições públicas e privadas, igrejas, associações e ONG's nos domínios do desporto, da cultura, da educação, da saúde e das autarquias locais, quer sob a forma de patrocínio quer sob a forma de donativo.

Registou-se uma ligeira variação positiva de 2,22% face ao ano anterior, que corresponde em termos de valor a um aumento de aproximadamente 203 cts, dos patrocínios e donativos concedidos.

O Banco aprovou, durante o ano transacto, 16 donativos no montante de 3.055 cts e 21 patrocínios, no montante de 6.306 cts (no total de 9.361cts). Os donativos e patrocínios representaram cerca de 12,74% dos resultados líquidos do Banco, elencados da seguinte forma:

Mii CVE		Mii CVE	
Patrocínios	Valor	Donativos	Valor
Educação	92	ONG's	2.260
Autarquias	280	Associação de Empregados do BI	420
Cultura	2.761	Saúde	173
ONG's	932	Educação	53
Desporto	1.170	Igreja	120
Associação de empregados	800	Outros	30
Outros	270		
<b>Total</b>	<b>6.306</b>	<b>Total</b>	<b>3.055</b>



## 5. - Análise da situação económico-financeira

### 5.1.- Evolução do Balanço

O activo total líquido ascendeu a 19.793.073 no final de dezembro de 2013 contra 18.367.742 apurados em igual período de 2012. O aumento de 1.425.331 (+7,76%) reflete, sobretudo, o crescimento das aplicações em instituições de crédito (+2.285.601 contos), Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (24.228 contos; +53,81%), rubrica disponibilidades à vista sobre instituições de crédito (368.505 contos; +131,48%) e outros activos (8.689 contos; +29,06%).

No tocante ao passivo, salienta-se o crescimento de 1.383.647 contos (+8,77%) observado nos recursos de clientes, que representam 94,92% do valor total do passivo. Por sua vez, os recursos em outras instituições de crédito registaram um decréscimo de -36.997 contos (-14,24%). Esta ultima reflete a redução do financiamento obtidos junto da Caixa Geral Depósitos - França e Agência Francesa de Desenvolvimento.

O crescimento do volume de negócio de balanço da atividade bancária tendo aumentado 3,99% face ao ano anterior fruto do aumento de 8,73% dos recursos dos clientes.

	Dez-12	Dez-13	Valor	
<b>Volume de Negócio</b>	<b>31.473.374</b>	<b>32.729.215</b>	<b>1.255.840</b>	<b>3,99%</b>
<b>Crédito Bruto ( Includo Titulos da Dívida Pública)</b>	<b>15.851.963</b>	<b>15.739.185</b>	<b>-112.778</b>	<b>-0,71%</b>
De Dívida Pública Caboverdiana	1.465.940	1.376.474	-89.466	-6,10%
Outros créditos e valores a receber (titulados)	631.746	630.178	-1.568	-0,25%
Crédito não representado p/valores mobiliários Bruto	13.754.277	13.732.533	-21.744	-0,16%
<b>Recursos de clientes</b>	<b>15.611.951</b>	<b>16.975.497</b>	<b>1.363.546</b>	<b>8,73%</b>
Depósitos de Clientes	14.213.822	16.274.499	2.060.677	14,50%
Títulos Tesouro -Mercado Secundário	1.383.600	684.000	-699.600	-50,56%
Outros Recursos	14.529	16.998	2.468	16,99%
<b>Recursos - conta caução</b>	<b>9.460</b>	<b>14.533</b>	<b>5.073</b>	<b>53,62%</b>

( Não incluí os juros)



	Dez-12	Dez-13	Dez-13/ Dez-12	
			Valor	%
<b>ACTIVO</b>	<b>18.367.742</b>	<b>19.793.073</b>	<b>1.425.331</b>	<b>7,76%</b>
Caixa e Disponibilidades em Bancos Central	1.758.436	745.547	-1.012.889	-57,60%
Disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito	280.283	648.788	368.505	131,48%
Activos financeiros disponíveis para venda	327.138	330.680	3.541	1,08%
Aplicações em Instituições de Crédito	1.025.663	3.311.265	2.285.601	222,84%
Titulos de Dívida Pública	1.485.375	1.397.776	-87.599	-5,90%
Crédito a clientes	13.067.794	12.913.620	-154.173	-1,18%
Activos não correntes detidos para venda	11.111	11.111	0	0,00%
Outros activos tangíveis	289.757	288.319	-1.438	-0,50%
Activos intangíveis	2.816	1.813	-1.003	-35,61%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjunt	45.022	69.250	24.228	53,81%
Activos por impostos Correntes/diferidos	44.445	36.313	-8.132	-18,30%
Outros activos	29.902	38.591	8.689	29,06%
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>18.367.742</b>	<b>19.793.073</b>	<b>1.425.331</b>	<b>7,76%</b>
Recursos de Instituições de Crédito	259.889	222.892	-36.997	-14,24%
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.772.730	17.156.377	1.383.647	8,77%
Passivos Subordinados	514.017	514.017	0	0,00%
Passivos por impostos Correntes/diferidos	5.354	5.355	1	0,02%
Outros passivos	173.217	175.762	2.545	1,47%
Capital Social	1.000.000	1.000.000	0	0,00%
Prémios de emissão	388	388	0	0,00%
Reservas de reavaliação	13.005	15.644	2.638	20,29%
Outras reservas e resultados transitados	504.600	629.141	124.541	24,68%
Resultado do exercício	124.541	73.496	-51.044	-40,99%

A rubrica “caixa” atingiu o montante de 695.366 contos, sendo 232.981 contos relativo a notas e moedas nacionais e 462.384 em divisas. A rubrica “depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde” inclui os depósitos de carácter obrigatório que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição das disponibilidades mínimas de caixa. O coeficiente, é de 18% desde de Janeiro de 2012.

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias no último período de observação do ano teve em consideração o valor dos saldos médios dos depósitos



junto do Banco de Cabo Verde durante o período de 16 a 31 Dezembro 2013, que se situou em 3.033.371 contos, enquanto a disponibilidade mínima de caixa obrigatória se situou em 2.130.110 contos (correspondente a 18% dos saldos médios de depósitos no período de 1 a 15 de dezembro), registando um excesso de reservas de 903.261 contos. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta junto do Banco de Cabo Verde totalizaram 50.181 contos, evidenciando uma redução de -95,06% (966.592 contos), essa variação resultou-se da aplicação em overnight no último dia do ano.

	Mil CVE			
	Dez-12	Dez-13	Valor	%
<b>Caixa e Disponibilidades em Bancos Central</b>	<b>1.758.436</b>	<b>745.547</b>	<b>-1.012.889</b>	<b>-57,60%</b>
<b>Caixa</b>	<b>741.663</b>	<b>695.366</b>	<b>-46.297</b>	<b>-6,24%</b>
Em moeda nacional	276.092	232.981	-43.111	-15,61%
Em divisas	465.570	462.384	-3.186	-0,68%
<b>Banco de Cabo Verde</b>	<b>1.016.773</b>	<b>50.181</b>	<b>-966.592</b>	<b>-95,06%</b>

Nas **disponibilidades em outras Instituições de crédito** são considerados os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro e que dizem respeito a valores recebidos nos últimos dias do ano e que foram enviados para cobrança já nos primeiros dias úteis de 2013.

	Mil CVE			
	Dez-12	Dez-13	Valor	%
<b>Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito</b>	<b>280.283</b>	<b>648.788</b>	<b>368.505</b>	<b>131,48%</b>
<b>Outras Disponibilidades sobre IC's no País</b>	<b>62.640</b>	<b>70.968</b>	<b>8.328</b>	<b>13,30%</b>
Cheques a Cobrar	46.572	49.206	2.633	5,65%
Depósitos à ordem	16.068	21.763	5.695	35,44%
<b>Disponibilidades sobre IC's no Estrangeiro</b>	<b>217.643</b>	<b>577.819</b>	<b>360.177</b>	<b>165,49%</b>
Cheques a Cobrar	23.360	16.332	-7.028	-30,09%
Depósitos à ordem	194.283	561.488	367.205	189,01%

Em 31 de dezembro de 2013, a carteira de **títulos da dívida pública** era composta exclusivamente por obrigações do tesouro, no montante total de 1.397.776 contos



sendo o valor de capital 1.376.474 contos e os juros a receber de 21.302 contos. A taxa média das obrigações era de 5,67%.

	Dez-12	Dez-13	Valor	%
<b>Títulos da dívida pública</b>	<b>1.485.375</b>	<b>1.397.776</b>	<b>-87.599</b>	<b>-5,90%</b>
De Dívida Pública Caboverdiana	1.465.940	1.376.474	-89.466	-6,10%
Rendimentos receber Banco	19.435	21.302	1.867	9,61%

Mil CVE

Os **activos tangíveis (brutos)**, ascenderam o montante 924.814 contos representando um crescimento de 5,72%, face a dezembro 2012. O incremento desta rubrica é influenciado significativamente pelo registo dos investimentos efetuados no período com aquisições quatro imóveis; reabilitação de edifícios arrendados; e aquisição de equipamento diversos.

Os **activos intangíveis** registaram um decréscimo de 35,61% face a dezembro de 2012. As aquisições ocorridas durante o ano referem-se, essencialmente em software mais precisamente projeto imagem de cheque, que se encontra em curso.

<b>Activos Intangíveis e Tangíveis</b>	Dez-12	Dez-13	Valor	%
<b>Activos Tangíveis</b>	<b>289.757</b>	<b>288.319</b>	<b>-1.438</b>	<b>-0,50%</b>
<b>Activos Tangíveis Bruto</b>	<b>874.780</b>	<b>924.814</b>	<b>50.034</b>	<b>5,72%</b>
Terreno	38.732	41.594	2.862	7,39%
Imóveis de Serviço Próprio	114.444	149.614	35.170	30,73%
Outras Despesas em Edifícios Arrendados	259.719	263.382	3.663	1,41%
Mobiliário e material	44.514	47.503	2.989	6,71%
Máquinas de uso administrativo	24.926	25.472	545	2,19%
Equipamento informático	247.443	254.178	6.734	2,72%
Equipamento de transmissão	14.090	14.393	303	2,15%
Material de Transporte	76.219	70.219	-6.000	-7,87%
Equipamento de segurança	12.175	13.814	1.639	13,46%
Outro equipamento	42.361	44.490	2.129	5,03%
Outras activos Tangíveis	157	157	0	0,00%
<b>Amortizações Acumuladas</b>	<b>567.350</b>	<b>618.822</b>	<b>51.472</b>	<b>9,07%</b>
<b>imparidade Outros activos tangíveis</b>	<b>17.673</b>	<b>17.673</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
<b>Activos Intangíveis</b>	<b>2.816</b>	<b>1.813</b>	<b>-1.003</b>	<b>-35,61%</b>
Sistemas de Software	81.713	82.474	761	0,93%
Amortizações Acumuladas	78.897	80.661	1.764	2,24%

Mil CVE



**Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos** - Em 31 de dezembro, o saldo dessa rubrica apresentam a seguinte composição:

	Mil CVE			
	Dez-12	Dez-13	Valor	%
<b>Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos</b>	<b>45.022</b>	<b>69.250</b>	<b>24.228</b>	<b>53,81%</b>
Sistema de Pagamentos Automático - SISP	45.022	54.250	9.228	20,50%
Sociedade de Garantia Mútua, Sa	0	15.000	15.000	100,00%

Em Julho de 2013, o Banco Interatlântico adquiriu 15.000 acções no valor nominal de 1.000,00 da empresa CVGarante – Sociedade Garantia Mútua. S. A. o que corresponde ao 15% das participações da empresa. A variação que se verifica anível das participações junto da Sisp justifica-se a valorização das participações com base nas contas provisórias de Dezembro de 2013.

Nos **outros activos**, registaram um acréscimo de 8.689 contos (+29,06) face ao mesmo período ao ano anterior. A imparidade para os outros activos fixaram em 14.518 contos.

	Mil CVE			
<b>Outros Activos</b>	Dez-12	Dez-13	Valor	%
Comissões e Juros a Receber do estado	7.066	7.600	534	7,55%
Património Artístico	606	606	0	0,00%
Proveitos Deferidas	2.127	2.899	772	36,29%
Custos Deferidos	4.839	6.137	1.298	26,82%
Falhas de Caixa	1.789	6.469	4.680	261,60%
Fundo Maneio	210	230	20	9,52%
Cheques em trânsito	9.162	3.270	-5.892	-64,31%
Outros Devedores	9.770	25.898	16.127	165,07%
<b>Imparidade</b>	<b>-5.669</b>	<b>-14.518</b>	<b>8.850</b>	<b>156,12%</b>
<b>Outros Activos Líquidos</b>	<b>29.902</b>	<b>38.591</b>	<b>8.689</b>	<b>29,06%</b>



A nível do **passivo**, justificam-se os seguintes sublinhados por mais relevantes:

Os “**recursos em outras instituições de crédito**” representam 1,23% do valor total do passivo. Os recursos em Instituições de crédito registaram um decréscimo de -36.997 contos (-14,24%). Essa redução reflete a redução do financiamento obtidos junto da Caixa Geral Depósitos -França e Agência Francesa de Desenvolvimento “AFD”.

	Mil CVE			
	Dez-12	Dez-13	Valor	%
<b>Recursos de IC's</b>	<b>259.889</b>	<b>222.892</b>	<b>-36.997</b>	<b>-14,24%</b>
Do país	79.460	118.895	39.435	49,63%
Do estrangeiro	177.907	102.542	-75.366	-42,36%
Encargos a pagar	2.522	1.455	-1.067	-42,29%

Nas **responsabilidades representadas por títulos** está registada a emissão de obrigações subordinadas subscrita em Julho de 2008 no montante de 500.000.000\$00, cuja taxa, após a realização de uma Assembleia Geral de Obrigacionistas em 2009, passou a ser fixa de 6,0% até Julho de 2013 e 6,375 até a maturidade.

Nos **outros passivos** registaram um acréscimo de 1,47%, sendo que os recursos conta caução dos créditos documentários e créditos viaturas aumentarem 5.073 contos (53,62%) e outros passivos decresceram em -2.528 contos (-1,54%).

	Mil CVE			
	Dez-12	Dez-13	Valor	%
<b>Outros passivos</b>	<b>173.217</b>	<b>175.762</b>	<b>2.545</b>	<b>1,47%</b>
Recursos - conta caução	9.460	14.533	5.073	53,62%
Outros passivos	163.757	161.229	-2.528	-1,54%

Os outros passivos têm o seguinte desdobramento:



	Mil CVE			
Outros Passivos	Dez-12	Dez-13	Valor	%
Recursos - conta caução	9.460	14.533	5.073	53,62%
Imposto retido na fonte	18.645	18.105	-540	-2,90%
Pensão a pagar aos pensionistas	54.327	42.740	-11.587	-21,33%
Outros custos com pessoal	29.065	32.187	3.122	10,74%
Custo administrativos Pagar	17.117	21.795	4.679	27,33%
Outros credores	911	4.718	3.807	417,85%
Sobra de Caixa	1.606	1.959	353	21,97%
Anuidades dos Cartões R24	6.189	1.815	-4.374	-70,67%
Outras Comissões deferidos	9.805	12.667	2.861	29,18%
Anuidades dos Cartões Visa	10.353	2.191	-8.162	-78,84%
Conta caução - compensação	1.938	8.507	6.569	339,05%
Compensação Sisp	8.809	4.056	-4.753	-53,96%
Cheques devolvidos	1.358	1.380	22	1,60%
ATM - VINTI 4	1.593	5.790	4.197	263,47%
Visa - Contas Pagamento	2.042	3.319	1.277	62,56%
<b>Total</b>	<b>173.217</b>	<b>175.762</b>	<b>2.545</b>	<b>1,47%</b>

## 5.2.- Demonstração de Resultados

O resultado líquido fixou-se em 73.496 contos, evidenciando um decréscimo de 51.044 contos (-40,99%) face ao ano anterior, refletindo a evolução desfavorável da margem financeira (85.830 contos -12,77%), da margem complementar (-9.022 contos -3,95%) e o aumento do custo de estrutura (5.071 contos +0,97%).

A **margem financeira** situou-se em 586.127 contos em 2013, reduzindo -85.830 contos (-12,77%) face aos 671.958 registados em 2012. A redução da margem financeira explica-se principalmente pela redução dos juros e comissões associados ao crédito concedido em 20.956 contos (-32,74%), aumento dos créditos na situação vencido; diminuição do volume do crédito concedido durante o ano. Os juros e encargos similares em registaram um aumento de + 51.952 contos (+9,40%) face ao mesmo período do ano anterior, o que é justificado pelo aumento dos recursos dos clientes.

	Dez-12	Dez-13	Valor	Mil CVE %
<b>Margem Financeira</b>	<b>671.958</b>	<b>586.127</b>	<b>-85.830</b>	<b>-12,77%</b>
<b>Juros e Rendimentos Similares</b>	<b>1.224.353</b>	<b>1.190.475</b>	<b>-33.878</b>	<b>-2,77%</b>
<b>Juros e rendimentos crédito concedido</b>	<b>1.220.664</b>	<b>1.184.111</b>	<b>-36.553</b>	<b>-2,99%</b>
Descontos	7.891	3.068	-4.823	-61,12%
Créditos em conta corrente	128.720	126.600	-2.120	-1,65%
Descobertos	40.286	55.074	14.788	36,71%
Outros créditos	20.379	13.621	-6.758	-33,16%
Empréstimos	747.037	735.232	-11.805	-1,58%
Recuperação de juros vencidos	73.315	59.602	-13.713	-18,70%
Credito ao pessoal	8.149	9.002	853	10,47%
Comissões recebidos associadas aos Custos Amortizados	64.002	43.046	-20.956	-32,74%
Outros créditos e valores a receber (titulados)	130.886	138.866	7.980	6,10%
De Dívida Pública Caboverdiana	84.241	90.105	5.864	6,96%
De outros residentes	46.644	48.761	2.116	4,54%
<b>Juros de Aplicações em IC's</b>	<b>3.689</b>	<b>6.364</b>	<b>2.675</b>	<b>72,51%</b>
Juros de aplicações em IC's no país	3.391	6.236	2.845	83,90%
Juros de aplicações em IC's no estrangeiro	298	129	-170	-56,91%
<b>Juros e Encargos Similares</b>	<b>552.395</b>	<b>604.348</b>	<b>51.952</b>	<b>9,40%</b>
<b>Juros de Depósitos de Clientes</b>	<b>423.785</b>	<b>493.017</b>	<b>69.231</b>	<b>16,34%</b>
Ordem	24.500	30.666	6.166	25,17%
A prazo sector público	48.365	59.795	11.429	23,63%
A prazo residentes	181.901	200.528	18.627	10,24%
A prazo não residentes	43.177	55.371	12.193	28,24%
Poupança jovem	6.947	5.541	-1.405	-20,23%
Poupança Emigrantes	118.895	141.115	22.220	18,69%
<b>Títulos Mercado Secundário</b>	<b>67.982</b>	<b>64.161</b>	<b>-3.820</b>	<b>-5,62%</b>
<b>Juros de Recursos de IC's</b>	<b>22.613</b>	<b>9.685</b>	<b>-12.928</b>	<b>-57,17%</b>
<b>Outros Juros</b>	<b>8.015</b>	<b>7.484</b>	<b>-531</b>	<b>-6,63%</b>
<b>Passivos Subordinados</b>	<b>30.000</b>	<b>30.000</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>

A **margem complementar** registou uma redução de -9.022 contos (-3,95%), relativamente a dezembro de 2012, essa evolução explica-se pela diminuição de rendimentos de instrumentos de capital em 10.210 contos (-78.67%), resultados de reavaliação cambial em 11.537 contos (-23,80%) e outros resultados de exploração em 565 contos (-1,62%). Também é de salientar que as comissões líquidas totalizaram 130.248 contos, evidenciando um crescimento de 14.976 (13,0%).

Mil CVE

	Dez-12	Dez-13	Valor	%
<b>Margem Complementar</b>	<b>228.235</b>	<b>219.213</b>	<b>-9.022</b>	<b>-3,95%</b>
<b>Rendimentos de instrumentos de capital</b>	<b>12.978</b>	<b>2.768</b>	<b>-10.210</b>	<b>-78,67%</b>
<b>Rendimentos dos Outros Serviços Prestados</b>	<b>138.832</b>	<b>151.979</b>	<b>13.147</b>	<b>9,47%</b>
<b>Por garantias prestadas</b>	<b>46.997</b>	<b>40.413</b>	<b>-6.584</b>	<b>-14,01%</b>
Garantias e avales	46.997	40.413	-6.584	-14,01%
<b>Outras operações sobre instrumentos financeiros</b>	<b>45.404</b>	<b>46.684</b>	<b>1.279</b>	<b>2,82%</b>
Outras operações sobre instrumentos financeiros	45.404	46.684	1.279	2,82%
<b>Por Serviços Prestados</b>	<b>45.189</b>	<b>64.795</b>	<b>19.606</b>	<b>43,39%</b>
Transferências de Valores	663	756	93	13,97%
Gestão de cartões	23.200	26.135	2.935	12,65%
Anuidades	6.057	21.913	15.856	261,80%
Prestação serviço diversos	15.269	15.991	722	4,73%
<b>Por Operações Realizadas</b>	<b>1.242</b>	<b>88</b>	<b>-1.154</b>	<b>-92,91%</b>
Sobre títulos - em operações da bolsa valores	1.242	88	-1.154	-92,91%
<b>Encargos com serviços e comissões</b>	<b>23.561</b>	<b>21.732</b>	<b>-1.830</b>	<b>-7,77%</b>
Garantias e avales	965	-441	-1.406	-145,73%
Outros Serviços Prestados	22.597	22.173	-424	-1,88%
<b>Resultado em activos Disponíveis Para Venda</b>	<b>651</b>	<b>0</b>	<b>-651</b>	<b>-100,00%</b>
Resultado em activos Disponíveis Para Venda	651	0	-651	-100,00%
<b>Resultados de Reavaliação Cambial</b>	<b>48.477</b>	<b>36.941</b>	<b>-11.537</b>	<b>-23,80%</b>
<b>Perdas em operações cambiais</b>	<b>13.225</b>	<b>12.779</b>	<b>-446</b>	<b>-3,37%</b>
Em divisas	7.258	5.895	-1.363	-18,78%
Notas e moedas estrangeiras	5.967	6.885	918	15,38%
<b>Ganhos em operações cambiais</b>	<b>61.702</b>	<b>49.720</b>	<b>-11.982</b>	<b>-19,42%</b>
Em divisas	37.244	29.806	-7.438	-19,97%
Notas e moedas estrangeiras	24.458	19.914	-4.544	-18,58%
<b>Resultados de alienação de outros activos</b>	<b>2.162</b>	<b>1.125</b>	<b>-1.037</b>	<b>-47,95%</b>
<b>Outros Resultados de Exploração</b>	<b>48.696</b>	<b>48.132</b>	<b>-565</b>	<b>-1,16%</b>
<b>Outros Encargos e Gastos Operacionais</b>	<b>26.395</b>	<b>21.307</b>	<b>-5.087</b>	<b>-19,27%</b>
<b>Impostos Indirectos</b>	<b>18.448</b>	<b>15.416</b>	<b>-3.032</b>	<b>-16,43%</b>
Imposto sobre transporte rodoviário	84	74	-10	-12,32%
Taxas	5.527	3.965	-1.562	-28,26%
Outras custos de exploração	12.837	11.377	-1.459	-11,37%
<b>Quotizações e Donativos</b>	<b>3.613</b>	<b>3.207</b>	<b>-407</b>	<b>-11,26%</b>
<b>Outros Encargos e Gastos Operacionais</b>	<b>4.333</b>	<b>2.684</b>	<b>-1.649</b>	<b>-38,05%</b>
<b>Outros Rendimentos e Receitas Operacionais</b>	<b>75.091</b>	<b>69.439</b>	<b>-5.652</b>	<b>-7,53%</b>
Reembolso de despesas	48	47	0	-0,84%
Rendimentos da prestação de serviços diversos	19.127	22.903	3.775	19,74%
Taxa de Serviços	42.960	36.786	-6.174	-14,37%
Outros Rendimentos e Receitas Operacionais	12.956	9.703	-3.253	-25,11%



O **produto bancário**, em consequência da redução das margem financeira e da margem complementar, atingiu o valor de 805.340 contos evidenciando uma redução de 94.853 contos (-10,54%) comparado com dezembro de 2012.

Os **custos de estrutura** – (custos com pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros e amortizações) – aumentarem 5.071 contos (+0,97%) face a ano de 2012. O indicador “custos de estrutura em percentagem do produto bancário” – Cost to income – situou-se em 65,85% enquanto em 2012 foi de 58,35%, esse agravamento justifica-se pelo aumento do custo de estrutura e pela evolução desfavorável do Produto Bancário.

Em relação a 2013, os **custos com pessoal** totalizaram 216.947 contos em 2013, registando desta forma um aumento de 7.421 contos (+3,54%) face aos 209.525 contos observados. A evolução dos gastos com pessoal foi determinada pelo aumento do quadro de pessoal, pela reclassificação e promoção dos colaboradores, progressão dos colaboradores por antiguidade; reajustamento salarial de 1.110,00 por colaborador; pela atualização do subsídio de alimentação.

Os **gastos administrativos** situaram-se 259.016 contos em 2013, que compara com 257.246 contos em 2012 (+0,69%). Este ligeiro aumento, reflete sobretudo a evolução dos gastos associados publicidade e edição de publicações; seguros; água, energia, combustível, comunicações; conservação e reparação e comunicações, entre outros gastos com fornecimentos e serviços de terceiros. O comportamento acima referido foi parcialmente mitigado pela contenção de custos alcançado em gastos associados, deslocações e estadas, despesas de representação; Impressos e materiais; rendas e aluguer e outros fornecimentos e serviços de terceiros.

As **amortizações do exercício** fixaram-se em 54.361 contos, um decréscimo de 4.119 contos (-7,04%) face ao período homólogo.



	Dez-12	Dez-13	Valor	Mil CVE %
<b>Custo de Estrutura</b>	<b>525.252</b>	<b>530.323</b>	<b>5.071</b>	<b>0,97%</b>
<b>Custos com pessoal</b>	<b>209.525</b>	<b>216.947</b>	<b>7.421</b>	<b>3,54%</b>
Remuneração de Órgãos de Gestão e Fiscalização	27.960	27.228	-732	-2,62%
Remuneração de empregados	126.294	132.335	6.041	4,78%
Remuneração adicionais	4.999	5.668	670	13,40%
Outras remunerações	27.424	30.255	2.832	10,33%
Encargos sociais	22.849	20.760	-2.090	-9,14%
Outros custos com pessoal	0	700	700	#DIV/0!
<b>Gastos gerais administrativos</b>	<b>257.246</b>	<b>259.016</b>	<b>1.770</b>	<b>0,69%</b>
Água, Energia E Combustíveis	22.920	24.032	1.112	4,85%
Impressos e Material de Consumo	11.886	11.212	-674	-5,67%
Publicações	250	0	-250	-100,00%
Outros Fornecimentos De Tercei	1.068	1.265	197	18,44%
Rendas E Alugueros	28.314	27.207	-1.107	-3,91%
Comunicacoes E Desp De Expedic	15.272	16.116	844	5,53%
Deslocacoes, Estadas E Represe	5.977	5.590	-387	-6,47%
Publicidade E Edicao De Public	19.276	23.423	4.146	21,51%
Conservacao E Reparacao	7.376	7.894	518	7,02%
Transportes	7.194	8.064	871	12,10%
Formacao De Pessoal	11.908	6.615	-5.293	-44,45%
Seguros	9.160	10.722	1.562	17,05%
Servicos Especializados	114.559	114.806	246	0,21%
Outros Servicos De Terceiros	2.087	2.070	-16	-0,79%
<b>Amortizações do Exercício</b>	<b>58.480</b>	<b>54.361</b>	<b>-4.119</b>	<b>-7,04%</b>
<b>De outros activos intangíveis</b>	<b>2.515</b>	<b>1.764</b>	<b>-751</b>	<b>-29,86%</b>
De outros activos intangíveis	2.515	1.764	-751	-29,86%
<b>Outros activos tangíveis</b>	<b>55.965</b>	<b>52.597</b>	<b>-3.368</b>	<b>-6,02%</b>
De imóveis de serviço	1.913	2.382	469	24,50%
Obras em edifícios arrendados	13.437	13.773	336	2,50%
De equipamento	40.615	36.443	-4.173	-10,27%

A imparidade do crédito, líquido de anulações e reversões, ascendeu 196.923 contos nos exercícios.



A **Imparidade de outros activos líquidos**, atingiram no ano 8.850 conto.

O **resultado líquido** de 2013 foi de 73.496 contos o que comparativamente ao ano anterior evidencia uma diminuição de 51.044 contos (-40,99%).

### **5.3.- Rácios Prudenciais**

No domínio da solidez financeira, o Banco observou todos os indicadores prudenciais exigidos pelo Banco de Cabo Verde, apresentando para todos os rácios valores acima do mínimo legalmente exigido, destacando-se o rácio de solvabilidade com um valor de 12,56%, abaixo do ano transacto (14,36%), mas acima do limite legal de 10%

Esta diminuição extraordinária deveu-se a um reforço das provisões, por via das provisões económicas, na sequência duma recomendação do Banco Central.

Os fundos próprios elegíveis atingirão o valor de 1.857.552 contos e os fundos próprios de base os 1.405.804 contos.



Gestão do Capital	Dezembro de 2012	Dezembro de 2013	Variação
<b>Fundos Próprios de Base</b>	<b>1.564.443</b>	<b>1.405.805</b>	<b>(158.638)</b>
Capital Social	1.000.000	1.000.000	-
Reservas e Prémios	651.385	775.926	124.541
Resultado Líquido	62.270	36.748	(25.522)
Resultados Transitados e outros (Impacto transição para NIRF)	(149.212)	(148.209)	1.003
Provisões adicionais	-	(258.660)	(258.660)
<b>Fundos Próprios Complementares</b>	<b>506.503</b>	<b>507.822</b>	<b>1.319</b>
Obrigações subordinadas	500.000	500.000	-
Deduções aos Fundos Próprios Complementares	6.503	7.822	1.319
<b>Deduções aos Fundos Próprios totais</b>	<b>29.232</b>	<b>56.075</b>	<b>26.843</b>
Participações em Instituições de Crédito	29.232	44.964	15.732
Excesso na concentração de risco	-	-	-
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio	-	11.111	11.111
<b>Total dos Fundos Próprios Elegíveis</b>	<b>2.041.714</b>	<b>1.857.552</b>	<b>(184.162)</b>
<b>Total do Activo Ponderado</b>	<b>14.213.957</b>	<b>14.790.931</b>	<b>576.974</b>
Rácios	Dezembro de 2012	Dezembro de 2013	Variação
Fundos Próprios de Base	11,01%	9,50%	-1,50%
Fundos Próprios Complementares	3,56%	3,43%	-0,13%
Deduções aos Fundos Próprios totais	-0,21%	-0,38%	-0,17%
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	<b>14,36%</b>	<b>12,56%</b>	<b>-1,81%</b>

Em relação aos outros rácios prudenciais, o Banco registou no fim do ano transacto os seguintes excessos de cobertura/ diferenças em relação aos mínimos legalmente exigidos:

Rácio Prudencial	Valor Mínimo	Valor observado em 2013
Cobertura do Imobilizado	100% dos Fundos Próprios	180,52%
Cobertura de Responsabilidades		
Exigíveis até 7 dias	20,00%	165,46%
Exigíveis até 30 dias	20,00%	24,51%
Exigíveis até 90 dias	20,00%	32,44%
Exigíveis em prazo > 90 dias	20,00%	23,79%
Títulos da Dívida Pública	813.725 contos	1.376.474 contos



## **6. - Eventos subsequentes**

Não existem eventos subsequentes dignos de registo.



## 7. - Proposta de Afecção de resultados

Considerando:

O nível confortável do Rácio de Solvabilidade do Banco Interatlântico;

Que os acionistas do Banco tem respondido com prontidão aos pedidos de aumento de capital quando solicitados;

Que os resultados do exercício de 2012 foram incorporados na sua totalidade nas reservas;

Propõe-se a seguinte afecção dos resultados do exercício 2013.

- Para Reserva Legal, 10% (dez por cento);
- Os restantes a afectar a Outras Reservas

### Distribuição de resultados 2013

	<u>Distribuição</u>	%
Lucro liquido	73.496.064,87	100,0%
Reserva Legal (10%)	7.349.606,49	10,0%
Outras Reservas	<u>66.146.458,38</u>	90,0%



## 8. - Considerações finais

O Exercício económico de 2013 foi seguramente um dos mais difíceis para a banca nacional, devido ao agravamento da situação económica e financeira das empresas cabo-verdianas, na sequência do aprofundamento dos efeitos da crise económica e financeira que afeta o país.

O Banco Interatlântico viu o seu desempenho negativamente afetado pelos efeitos da crise. Destaca-se positivamente o desempenho alcançado a nível da captação de recursos.

Contudo estes esforços não foram suficientes para compensar, a nível dos resultados, os efeitos conjuntos da redução do crédito, do aumento dos depósitos e dos seus custos e do aumento do crédito vencido.

A margem financeira registou uma diminuição de 12,77% e a margem completar uma diminuição de 3,95%, contribuindo para uma diminuição produto bancário de - 10,54%.

O resultado líquido registou uma diminuição de 40,99%, em resultado da diminuição do produto bancário e do aumento das imparidades.

O crédito vencido registou um aumento significativo em relação ao ano anterior devido ao agravamento da situação económica e financeira das empresas, segmento que representam o grosso da carteira de crédito do Banco.

Pelos resultados alcançados, agradecemos em primeiro lugar os nossos clientes pela confiança e preferência demonstradas.

Os nossos agradecimentos vão ainda para as seguintes entidades:



Os nossos acionistas, pela confiança depositada no Conselho da Administração e pela atenção com que acompanham o desenvolvimento da Instituição.

O Banco de Cabo Verde, pela sua reforçada atenção em matéria de supervisão e pelos esforços permanentes, visando garantir a solidez e a credibilidade do sistema financeiro nacional, num contexto particularmente difícil.

Os membros do Conselho Fiscal, pelo acompanhamento das atividades do Banco;

Os trabalhadores e colaboradores do Banco, pela dedicação, profissionalismo e os esforços consentidos para consecução dos objetivos alcançados.

Praia, 26 de Maio de 2014.

  
Jorge Fernando Gonçalves Alves

  
Teófilo Figueiredo Almeida Silva

  
Manuel Fernando Monteiro Pinto

  
António Carlos Moreira Semedo

  
Luís de Carvalho Machado

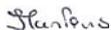


## 9. ANEXOS

**BALANÇO 2013**

ACTIVO	Dez-13			Dez-12	Dez 13/Dez 2012	
	Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido		Variação	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	745.546.770	0	745.546.770	1.758.435.807	-1.012.889.036	-57,60%
Disponibilidades em outras instituições de crédito	648.787.833	0	648.787.833	280.282.523	368.505.310	131,48%
Activos financeiros disponíveis para venda	370.762.100	-40.082.275	330.679.825	327.138.409	3.541.416	1,08%
Aplicações em instituições de crédito	3.311.264.638	0	3.311.264.638	1.025.663.400	2.285.601.238	222,84%
Títulos de Dívida Pública	1.397.775.780	0	1.397.775.780	1.485.374.814	-87.599.034	-5,90%
Crédito a clientes	14.302.123.796	-1.388.503.395	12.913.620.402	13.067.793.673	-154.173.271	-1,18%
Activos não correntes detidos para venda	11.111.000	0	11.111.000	11.111.000	0	0,00%
Outros activos tangíveis	924.814.418	-636.494.931	288.319.487	289.757.159	-1.437.672	-0,50%
Activos intangíveis	82.474.389	-80.661.427	1.812.962	2.815.608	-1.002.646	-35,61%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos cor	69.250.118	0	69.250.118	45.022.113	24.228.005	53,81%
Activos por impostos correntes	36.313.177	0	36.313.177	33.561.336	2.751.841	8,20%
Activos por impostos diferidos	0	0	0	10.884.150	-10.884.150	-100,00%
Outros activos	53.108.967	-14.518.385	38.590.582	29.901.880	8.688.702	29,06%
<b>Total do Activo</b>	<b>21.953.332.985</b>	<b>-2.160.260.413</b>	<b>19.793.072.573</b>	<b>18.367.741.871</b>	<b>1.425.330.702</b>	<b>7,76%</b>
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>						
Recursos de outras instituições de crédito			222.892.075	259.889.060	-36.996.984	-14,24%
Recursos de clientes e outros empréstimos			17.156.377.254	15.772.730.084	1.383.647.170	8,77%
Passivos Subordinados			514.017.241	514.017.241	0	0,00%
Provisões			0	0	0	-
Passivos por impostos correntes			0	0	0	-
Passivos por impostos diferidos			5.354.670	5.353.604	1.066	0,02%
Outros passivos			175.762.170	173.217.140	2.545.030	1,47%
<b>Total do Passivo</b>			<b>18.074.403.410</b>	<b>16.725.207.128</b>	<b>1.349.196.282</b>	<b>8,07%</b>
Capital			1.000.000.000	1.000.000.000	0	0,00%
Prémios de emissão			388.453	388.453	0	0,00%
Reservas de reavaliação			15.643.589	13.005.234	2.638.355	20,29%
Outras reservas			775.537.448	650.996.821	124.540.627	19,13%
resultados Transitados			0	0	0	-
Resultados transitados ajustamentos			-146.396.392	-146.396.392	0	0,00%
Resultado do exercício			73.496.065	124.540.627	-51.044.562	-40,99%
<b>Total do Capital próprio</b>			<b>1.718.669.163</b>	<b>1.642.534.743</b>	<b>76.134.420</b>	<b>4,64%</b>
<b>Total do Passivo e do Capital Próprio</b>			<b>19.793.072.573</b>	<b>18.367.741.871</b>	<b>1.425.330.702</b>	<b>7,76%</b>

Coordenadora Gabinete Controle Planeamento

  
 Maria Idalsisa da Costa Martins

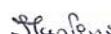
O Presidente Conselho de Administração

  
 Jorge Fernando Gonçalves Alves

**Demonstração de Resultado 2013**

	Dez-13	Dez-12	Dez 13/Dez 2012	
<b>Juros e rendimentos similares</b>	<b>1.190.475.054</b>	<b>1.224.353.290</b>	<b>-2,77%</b>	<b>-33.878.236</b>
<b>Juros e Rendimentos Créditos</b>	<b>1.184.110.904</b>	<b>1.220.664.050</b>	<b>-2,99%</b>	<b>-36.553.146</b>
Juros Crédito não rep. por valores mobiliários	1.002.199.685	1.025.776.344	-2,30%	-23.576.659
Juros dos Títulos de dívida	90.105.068	84.241.419	6,96%	5.863.650
Juros títulos dos outros residentes	48.760.565	46.644.282	4,54%	2.116.283
Comissões dos Créditos	43.045.586	64.002.006	-32,74%	-20.956.420
Juros das Aplicações	6.364.150	3.689.240	72,51%	2.674.910
<b>Juros e encargos similares</b>	<b>604.347.674</b>	<b>552.395.419</b>	<b>9,40%</b>	<b>51.952.255</b>
Juros e Depósitos	<b>557.178.062</b>	<b>491.767.060</b>	<b>13,30%</b>	<b>65.411.003</b>
Juros Depósitos Clientes	493.016.658	423.785.378	16,34%	69.231.281
Juros dos T. M. S	64.161.404	67.981.682	-5,62%	-3.820.278
Juros Obrigações Emitidas	30.000.000	30.000.000	0,00%	0
Juros Recurso IC's	9.685.298	22.612.979	-57,17%	-12.927.681
Juros Prémio Obrigações e Outros	7.484.313	8.015.380	-6,63%	-531.067
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>586.127.380</b>	<b>671.957.871</b>	<b>-12,77%</b>	<b>(85.830.490)</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	2.768.035	12.977.676	-78,67%	-10.209.641
Rendimentos de serviços e comissões	151.979.250	138.832.462	9,47%	13.146.788
Encargos com serviços e comissões	21.731.633	23.561.271	-7,77%	-1.829.638
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	651.053	-100,00%	-651.053
Resultados de reavaliação cambial	36.940.679	48.477.223	-23,80%	-11.536.544
Resultados de alienação de outros activos	1.125.000	2.161.580	-47,95%	-1.036.580
Outros resultados de exploração	<b>48.131.430</b>	<b>48.696.349</b>	<b>-1,16%</b>	<b>-564.919</b>
Outros Proveitos de Exploração	69.438.882	75.090.906	-7,53%	(5.652.024)
Outros Custos de Exploração	21.307.452	26.394.558	-19,27%	(5.087.106)
<b>MARGEM COMPLEMENTAR</b>	<b>219.212.761</b>	<b>228.235.072</b>	<b>-3,95%</b>	<b>(9.022.311)</b>
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>805.340.141</b>	<b>900.192.943</b>	<b>-10,54%</b>	<b>(94.852.801)</b>
Custos com pessoal	216.946.575	209.525.393	3,54%	7.421.183
Gastos gerais administrativos	259.015.623	257.246.081	0,69%	1.769.542
Amortizações do exercício	54.361.141	58.480.417	-7,04%	-4.119.276
<b>CUSTO DE ESTRUTURA</b>	<b>530.323.339</b>	<b>525.251.890</b>	<b>0,97%</b>	<b>5.071.449</b>
Provisões líquidas de reposições e anulações	-	-	-	-
<b>Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações</b>	<b>196.922.882</b>	<b>248.357.780</b>	<b>-20,71%</b>	<b>(51.434.897)</b>
Constituição	1.202.282.046	1.220.615.869	-1,50%	-18.333.822
Reposições e anulações	1.005.359.164	972.258.089	3,40%	33.101.075
<b>Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações</b>	<b>8.849.843</b>	<b>800.000</b>	<b>1006,23%</b>	<b>8.049.843</b>
Constituição	8.849.843	800.000	1006,23%	8.049.843
Reposições e anulações	-	-	-	-
Resultados em empresas associadas	14.234.143	8.739.509	62,87%	5.494.634
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>83.478.220</b>	<b>134.522.782</b>	<b>-37,94%</b>	<b>(51.044.562)</b>
Títulos Mercados Secundários	64.161.404,00	67.981.682	-5,62%	(3.820.278)
Imposto Corrente	-	-	-	-
Diferidos	9.982.155	9.982.155	0,00%	-
<b>RESULTADO APÓS IMPOSTOS</b>	<b>73.496.065</b>	<b>124.540.627</b>	<b>-40,99%</b>	<b>(51.044.562)</b>

Coordenadora Gabinete Controle Planeamento

  
Maria Idalsisa da Costa Martins

O Presidente Conselho de Administração

  
Jorge Fernando Gonçalves Alves

**BANCO INTERATLÂNTICO,  
S.A.R.L.**

**Demonstrações Financeiras em 31 de  
Dezembro de 2013 acompanhadas do  
Relatório de Auditoria**

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Ao Conselho de Administração  
do Banco Interatlântico, S.A.R.L.

### **Introdução**

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Interatlântico, S.A.R.L. (“Banco”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, que evidencia um total de mCve. 19.793.073 e um capital próprio de mCve. 1.718.670, incluindo um resultado líquido de mCve. 73.496, as Demonstrações dos Resultados, dos Resultados e do Outro Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### **Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras**

2. O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que determine ser necessário para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

### **Responsabilidade do auditor**

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada como base para a nossa opinião de auditoria.

**Opinião**

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Interatlântico, S.A.R.L. em 31 de Dezembro de 2013, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo nesta data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

**Ênfase**

7. A carteira de crédito do Banco em 31 de Dezembro de 2013 inclui montantes relevantes de crédito a empresas do sector imobiliário e da construção, incluindo financiamento de alguns projectos relacionados com o desenvolvimento de empreendimentos turísticos cuja construção se encontra actualmente suspensa. O Banco tem em curso um conjunto de medidas com vista à recuperação destes créditos, e tem, na generalidade das situações, hipotecas sobre os respectivos imóveis/terrenos cujo valor de avaliação de que dispõe é superior ao valor dos créditos concedidos. A concretização das expectativas de cobrabilidade reflectidas na imparidade atribuída pelo Banco a estes clientes, a qual reflecte normalmente descontos face aos valores de avaliação, está naturalmente dependente da evolução que se vier a verificar na situação do mercado imobiliário em Cabo Verde e dos resultados das medidas concretas que se encontram em curso.

Lisboa, 9 de Maio de 2014



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2013		2012		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2013	2012
		Activo Bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3	745.547	-	745.547	1.758.436	Recursos de outras instituições de crédito	15	222.892	259.889
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	648.788	-	648.788	280.283	Recursos de clientes e outros empréstimos	16	17.156.377	15.772.730
Activos financeiros disponíveis para venda	5	370.762	( 40.082)	330.680	327.139	Outros passivos subordinados	17	514.017	514.017
Aplicações em instituições de crédito	6	3.311.265	-	3.311.265	1.025.663	Passivos por impostos diferidos	13	5.355	5.354
Títulos de dívida pública	7	1.397.776	-	1.397.776	1.485.375	Outros passivos	19	175.762	173.218
Crédito a clientes	8	14.302.123	( 1.388.503)	12.913.620	13.067.794	Total do Passivo		<u>18.074.403</u>	<u>16.725.208</u>
Activos não correntes detidos para venda	9	11.111	-	11.111	11.111	Capital	20	1.000.000	1.000.000
Outros activos tangíveis	10	924.814	( 636.495)	288.319	289.757	Prémios de emissão	21	388	388
Activos intangíveis	11	82.474	( 80.661)	1.813	2.816	Reservas de reavaliação	21	15.645	13.005
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	69.250	-	69.250	45.022	Outras reservas e resultados transitados	21	629.141	504.600
Activos por impostos correntes	13	36.313	-	36.313	33.561	Resultado do exercício	21	73.496	124.541
Activos por impostos diferidos	13	-	-	-	10.884	Total do Capital próprio		<u>1.718.670</u>	<u>1.642.534</u>
Outros activos	14	53.109	( 14.518)	38.591	29.901	Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>19.793.073</u>	<u>18.367.742</u>
<b>Total do Activo</b>		<u>21.953.332</u>	<u>( 2.160.259)</u>	<u>19.793.073</u>	<u>18.367.742</u>				

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.  
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<u>Notas</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Juros e rendimentos similares	22	1.190.475	1.224.353
Juros e encargos similares	23	( 604.348)	( 552.395)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		<u>586.127</u>	<u>671.958</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	24	2.768	12.978
Rendimentos de serviços e comissões	25	151.979	138.832
Encargos com serviços e comissões	25	( 21.732)	( 23.561)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	5	-	651
Resultados de reavaliação cambial	26	36.941	48.477
Resultados de alienação de outros activos	27	1.125	2.162
Outros resultados de exploração	28	48.132	48.695
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>		<u>805.340</u>	<u>900.192</u>
Custos com pessoal	29	( 216.947)	( 209.525)
Gastos gerais administrativos	30	( 259.015)	( 257.246)
Amortizações do exercício	10 e 11	( 54.361)	( 58.480)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	18	( 196.924)	( 248.358)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	18	( 8.849)	( 800)
Resultados em empresas associadas	12	14.234	8.740
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<u>83.478</u>	<u>134.523</u>
Impostos			
Diferidos	13	( 9.982)	( 9.982)
		<u>( 9.982)</u>	<u>( 9.982)</u>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<u>73.496</u>	<u>124.541</u>
Número médio de acções ordinárias emitidas		100.000	100.000
Resultado por acção		,73	1,25

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados			Resultado do exercício	Total do capital próprio	
				Reserva Legal	Outras reservas	Resultados transitados			
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	1.000.000	388	23.966	111.038	449.215	(146.396)	413.857	1.558.954	
Distribuição do resultado do exercício de 2011:									
Incorporação em reservas e resultados transitados	-	-	-	12.074	78.669	-	90.743	(90.743)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)	
Rendimento integral do exercício	-	-	(10.961)	-	-	-	124.541	113.580	
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	1.000.000	388	13.005	123.112	527.884	(146.396)	504.600	1.642.534	
Distribuição do resultado do exercício de 2012:									
Incorporação em reservas e resultados transitados	-	-	-	12.454	112.087	-	124.541	(124.541)	-
Rendimento integral do exercício	-	-	2.640	-	-	-	73.496	76.136	
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	1.000.000	388	15.645	135.566	639.971	(146.396)	629.141	1.718.670	

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado não incluído na demonstração de resultados		
Rubricas que poderão ser reclassificadas para a demonstração de resultados:		
Alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Variação no exercício	3.541	(14.713)
Efeito fiscal	(901)	3.752
Resultado não incluído na demonstração de resultados	<u>2.640</u>	<u>(10.961)</u>
Resultado do exercício	73.496	124.541
Total do rendimento integral do exercício	<u><u>76.136</u></u>	<u><u>113.580</u></u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>		
Recebimento de juros e comissões	1.342.064	1.320.540
Pagamento de juros e comissões	(607.046)	(884.325)
Recuperação de crédito e juros vencidos	-	41.462
Resultados cambiais	36.941	48.477
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	22.594	48.696
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(468.165)	(466.770)
<b>Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais</b>	<u>326.388</u>	<u>108.080</u>
<b>(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:</b>		
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.681
Aplicações em instituições de crédito	(2.285.622)	(751.111)
Créditos sobre clientes	(44.210)	(322.697)
Títulos de dívida pública	89.466	230.000
	<u>(2.240.366)</u>	<u>(842.127)</u>
<b>Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:</b>		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(35.930)	(1.413.850)
Recursos de clientes	1.363.546	1.850.508
	<u>1.327.616</u>	<u>436.658</u>
<b>Caixa líquida das actividades operacionais</b>	<u>(586.362)</u>	<u>(297.389)</u>
<u>Fluxos de caixa de actividades de investimento</u>		
(Aumentos) diminuições nos activos de investimento:		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	(15.000)	-
Activos intangíveis	(761)	(1.472)
Outros activos tangíveis	(50.034)	(22.292)
Dividendos recebidos	7.774	17.499
<b>Caixa líquida das actividades de investimento</b>	<u>(58.022)</u>	<u>(6.265)</u>
<u>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</u>		
Dividendos distribuídos	-	(30.000)
<b>Caixa líquida das actividades de financiamento</b>	<u>-</u>	<u>(30.000)</u>
<b>Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(644.384)</b>	<b>(333.654)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	2.038.719	2.372.373
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1.394.335	2.038.719

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Interatlântico, S.A.R.L. (Banco) é um banco comercial, constituído em Julho de 1999, que resultou da integração do património líquido da Sucursal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. em Cabo Verde, mediante a qual lhe foram transmitidos todos os direitos e obrigações de que a Sucursal era titular em 30 de Junho de 1999.

O Banco tem por objecto o exercício da actividade bancária e as funções de crédito em geral, bem como a prática de quaisquer operações financeiras ou de investimento referentes a títulos ou participações, desde que devidamente autorizadas.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, e dispõe de uma rede de nove agências, das quais cinco se encontram localizadas na ilha de Santiago, duas na ilha do Sal, uma na ilha de São Vicente e outra na ilha da Boavista.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 5 de Maio de 2014, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

2.2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2013 e 2012, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
1 USD	79,883	82,995

c) Activos financeiros

i) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. O Banco não tem activos detidos para negociação, ou outros activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

a) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em “Outros activos”. Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde, uma vez que foram adquiridos em mercado primário pelo Banco essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

*Reconhecimento de juros*

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

*Crédito vencido e anulações de capital e juros*

Os juros de créditos vencidos são anulados um dia após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados sobre os créditos acima referidos apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica “Juros e rendimentos similares”.

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados a crédito da rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda, que correspondem a acções de empresas, são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capital próprio, em “Reservas de reavaliação”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para rendimentos ou gastos do exercício, sendo registados nas rubricas “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” ou “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como rendimentos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital” quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados na categoria de “Activos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente aos títulos de rendimento variável não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados modelos e técnicas internas de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

ii) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto a activos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes. Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

O Banco efectua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 20.000 ou que apresentem situações de incumprimento há mais de 180 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares
- Sector Público

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.2. c) i), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

d) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, incluindo custos ou proveitos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, dívida emitida e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros passivos”.

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira do Banco.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

e) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados em “Activos não correntes detidos para venda”.

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros resultados de exploração”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)f) Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Mobiliário e material	12
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8
Material de transporte	4 - 5
Equipamento de segurança	5
Outro equipamento	6

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em gastos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

g) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente gastos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como gasto do exercício em que são incorridas.

h) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão (“associadas”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

i) Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2013, o Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os activos por impostos diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao impacto da adopção das NIRF e à valorização de activos disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

j) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

k) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”.

Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

l) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões são objecto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

m) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

n) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

o) Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. c) ii). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuado pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida das “Reservas de reavaliação”. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser transferidas para gastos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.2. c) ii)).

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como activos financeiros disponíveis para venda. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 2.2. c). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

p) Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)* que são relevantes para as suas operações em vigor em 31 de Dezembro de 2013.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à norma IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro (Empréstimos do governo)	01-Jan-13	Esta emenda isenta as entidades que adoptam pela primeira vez as IFRS da aplicação retrospectiva das disposições da IAS 39 e do parágrafo 10A da IAS 20 relativas a empréstimos do governo.
Emenda à norma IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: divulgações (Compensação entre activos financeiros e passivos financeiros)	01-Jan-13	Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível dos instrumentos financeiros, em particular as relacionadas com a compensação entre activos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Outro rendimento integral)	01-Jul-12	Esta emenda consubstancia-se nas seguintes alterações: (i) os itens que compõem o Outro Rendimento Integral e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; e (ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Revisão da norma IAS 19 – Benefícios a Empregados	01-Jan-13	A revisão desta norma contemplou diversas alterações, nomeadamente: (i) reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais e financeiros decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades e do rendimento esperado dos activos e os valores efectivamente verificados, assim como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais e financeiros ocorridos no exercício, por contrapartida de reservas (outro rendimento integral); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro na determinação do valor presente das responsabilidades e do retorno esperado dos activos do plano; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros; (iv) introdução de novas exigências em termos de divulgação.
IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor (nova norma)	01-Jan-13	Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.
IFRIC 20 – Registo de certos custos na fase de produção de uma mina a céu aberto	01-Jan-13	Esta interpretação clarifica o registo de certos custos incorridos durante a fase de produção numa mina a céu aberto.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2009-2011)	01-Jan-13	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente IFRS 1 (aplicação repetida da norma), IAS 1 (informação comparativa), IAS 16 (equipamento de serviço), IAS 32 (efeito fiscal da distribuição de instrumentos de capital próprio) e IAS 34 (informação de segmentos).
IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas	01-Jan-13	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 11 – Acordos Conjuntos	01-Jan-13	Esta norma substitui a IAS 31 – Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 – Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades	01-Jan-13	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	01-Jan-13	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	01-Jan-13	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos.

Não se verificaram efeitos nas demonstrações financeiras do Banco do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, decorrentes da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, encontram-se disponíveis para adopção antecipada, à data de aprovação destas demonstrações financeiras.

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda às normas: · IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas; · IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades (Entidades de investimento)	01-Jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 32 – Compensação entre activos e passivos financeiros	01-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 36 – Imparidade (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros)	01-Jan-14	Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender.
Emenda à norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	01-Jan-14	Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.
IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” (2009) e emendas posteriores	01-Jan-18	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos activos financeiros.
IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” (2013) e IFRS 7 – “Divulgações de instrumentos financeiros”	01-Jan-18	A emenda à IFRS 9 insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. A IFRS 7 foi igualmente revista em resultado desta emenda.

Estas normas apesar de aprovadas pelo IASB não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

### 3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Caixa		
· Moeda nacional	232.981	276.093
· Moeda estrangeira	462.385	465.570
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
· Moeda nacional	50.181	1.016.773
	<u>745.547</u>	<u>1.758.436</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 18% da média das responsabilidades efectivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes.

Nos exercícios de 2013 e 2012, estes depósitos não foram remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Depósitos à ordem:		
· Caixa Geral de Depósitos, S.A.	492.738	144.005
· Em outras instituições no estrangeiro	68.749	50.278
· Em instituições no país	21.763	16.068
	<u>583.250</u>	<u>210.351</u>
Cheques a cobrar:		
· Sobre o estrangeiro	16.332	23.360
· Sobre o país	49.206	46.572
	<u>65.538</u>	<u>69.932</u>
	<u>648.788</u>	<u>280.283</u>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Instrumentos de capital:</u>		
Valorizados ao justo valor	340.111	336.570
Valorizados ao custo histórico	30.651	30.651
	<u>370.762</u>	<u>367.221</u>
<u>Imparidade:</u>		
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 18)	( 40.082)	( 40.082)
	<u>330.680</u>	<u>327.139</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

Título	Valor de aquisição	% de participação	2013		
			Valor de balanço (líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 18)
<b>Instrumentos de capital valorizados ao justo valor</b>					
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	238.746	5,40%	236.327	7.591	( 10.010)
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	79.043	4,35%	53.485	2.634	( 28.192)
Visa International Service Association	1.323	n.d.	12.097	10.774	-
	<u>319.112</u>		<u>301.909</u>	<u>20.999</u>	<u>( 38.202)</u>
<b>Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico</b>					
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L.	15.307	3,79%	13.427	-	( 1.880)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10.094	0,65%	10.094	-	-
Promleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	5.250	17,50%	5.250	-	-
	<u>30.651</u>		<u>28.771</u>	<u>-</u>	<u>( 1.880)</u>
	<u>349.763</u>		<u>330.680</u>	<u>20.999</u>	<u>( 40.082)</u>

n.d. - não disponível

Título	Valor de aquisição	% de participação	2012		
			Valor de balanço (líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 18)
<b>Instrumentos de capital valorizados ao justo valor</b>					
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	238.746	5,40%	236.327	7.591	( 10.010)
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	79.043	4,35%	53.483	2.632	( 28.192)
Visa International Service Association	1.323	n.d.	8.557	7.234	-
	<u>319.112</u>		<u>298.367</u>	<u>17.457</u>	<u>( 38.202)</u>
<b>Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico</b>					
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L.	15.307	3,79%	13.427	-	( 1.880)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10.094	0,65%	10.094	-	-
Promleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	5.250	17,50%	5.250	-	-
	<u>30.651</u>		<u>28.771</u>	<u>-</u>	<u>( 1.880)</u>
	<u>349.763</u>		<u>327.138</u>	<u>17.457</u>	<u>( 40.082)</u>

n.d. - não disponível

**Banco Comercial do Atlântico, S.A. e Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.**

As acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A. e da Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efectuada por uma entidade externa.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor de mercado das acções do BCA, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 21.769 e mCve. 22.484, respectivamente. O Banco optou por valorizar as acções com base na avaliação acima mencionada, dada a reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

**A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.**

O Banco manteve a participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor de mercado das acções da Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 5.366 e mCve. 2.408, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

O principal movimento relativo a instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda durante o exercício de 2012 foi o seguinte:

Fundo GARI

No exercício de 2012, o Banco procedeu à alienação de 100 acções do Fundo GARI pelo montante total de 2.332 mCve, tendo registado uma mais valia de mCve. 651 na rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Aplicações de crédito no país:		
· No Banco de Cabo Verde:		
- Títulos de regularização monetária	35.000	-
- Aplicações a muito curto prazo	3.250.000	1.000.000
	<u>3.285.000</u>	<u>1.000.000</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
· Na Caixa Geral de Depósitos:		
- Depósitos	18.181	17.245
· Outras instituições de crédito	8.068	8.382
	<u>26.249</u>	<u>25.627</u>
Juros a receber	20	36
Proveitos diferidos	( 4)	-
	<u>3.311.265</u>	<u>1.025.663</u>

7. TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Obrigações do Tesouro</u>		
Valor Nominal	1.376.474	1.465.940
Juros a receber	21.302	19.435
	<u>1.397.776</u>	<u>1.485.375</u>

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) a), estes títulos encontram-se registados ao custo amortizado.

O valor nominal das Obrigações do Tesouro cedidas com acordo de recompra ascendia, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a mCve. 684.000 e mCve. 1.383.600, respectivamente (Nota 16).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)8. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Crédito interno a curto prazo:		
. Descontos comerciais	28.547	34.030
. Empréstimos	36.641	38.601
. Descobertos em depósitos à ordem	471.551	436.993
. Outros créditos	113.107	117.001
Crédito interno a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	7.755.196	8.194.314
. Créditos em conta corrente	1.253.157	1.871.443
Crédito externo a curto prazo:		
. Descobertos em depósitos à ordem	7.794	41.582
. Habitação	-	2.500
. Outros créditos	3.420	1.135
Crédito externo a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	444.143	497.321
. Créditos em conta corrente	108.944	94.394
Crédito ao Pessoal	287.869	260.067
Outros créditos e valores a receber - titulados	630.178	631.746
	<u>11.140.547</u>	<u>12.221.127</u>
Juros a receber	51.722	50.223
Comissões e outros proveitos diferidos	( 112.723)	( 109.763)
Custos diferidos	413	412
Créditos e juros vencidos	3.222.164	2.164.896
	<u>14.302.123</u>	<u>14.326.895</u>
Imparidade de crédito a clientes (Nota 18)	( 1.388.503)	( 1.259.101)
	<u>12.913.620</u>	<u>13.067.794</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os empréstimos aos colaboradores são remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica “Outros créditos e valores a receber – titulados” reflecte o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de “Empréstimos e contas a receber” (Nota 2.2. c)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2013	2012	Maturidade
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	156.624	156.624	14-06-2017
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	32.199	32.199	14-06-2027
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D	136.099	136.099	06-08-2015
Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. Serie G	200.000	200.000	06-08-2015
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche A	699	-	06-01-2014
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche B	30.000	30.000	05-01-2014
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	29.968	29.968	06-08-2015
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	19.996	19.996	31-07-2019
Câmara Municipal do Sal	12.000	13.000	23-06-2025
Tecnicil Indústria, S.A.	6.593	6.193	23-04-2014
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	5.334	6.668	20-12-2017
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	666	999	18-02-2014
	<u>630.178</u>	<u>631.746</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L., IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A., ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. e Câmara Municipal do Sal, têm aval do Estado de Cabo Verde.

Em 31 de Dezembro de 2013, as obrigações emitidas pela Tecnical – Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. encontravam-se em incumprimento com o pagamento do cupão de juros, ascendendo os juros vencidos a cerca de mCve 27.289.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito concedido a clientes, excluindo “Outros créditos e valores a receber – titulados” e juros corridos associados, apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	31-12-2013								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
<b>Empresas</b>									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	1.423	-	1.423	1.423	-	1.423
Pesca	-	-	-	3.686	342	4.028	3.686	342	4.028
Indústrias extractivas	-	-	-	3.950	-	3.950	3.950	-	3.950
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-	3.950	-	3.950	3.950	-	3.950
Indústrias transformadoras	-	-	-	842.862	238.761	1.081.623	842.862	238.761	1.081.623
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	197.313	25.027	222.340	197.313	25.027	222.340
Indústria têxtil	-	-	-	2.477	-	2.477	2.477	-	2.477
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	29.240	-	29.240	29.240	-	29.240
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	29.420	868	30.288	29.420	868	30.288
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-	-	115.704	3.537	119.241	115.704	3.537	119.241
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	168	180	348	168	180	348
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	29	-	29	29	-	29
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	937	-	937	937	-	937
Fabrico de mobiliário e de colchões	-	-	-	3.893	-	3.893	3.893	-	3.893
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	374.849	143.201	518.050	374.849	143.201	518.050
Outras indústrias transformadoras	-	-	-	88.832	65.948	154.780	88.832	65.948	154.780
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	-	-	-	6.636	151	6.787	6.636	151	6.787
Construção	-	49.258	49.258	1.278.704	99.137	1.377.841	1.278.704	148.395	1.427.099
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	471.736	180.177	651.913	471.736	180.177	651.913
Transportes, armazenagem e comunicações	159.615	-	159.615	248.248	660.836	909.084	407.863	660.836	1.068.699
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	890.277	544.446	1.434.723	890.277	544.446	1.434.723
Actividades de informação e de comunicação	-	-	-	433.867	13.503	447.370	433.867	13.503	447.370
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	203.456	12	203.468	1.569.852	998.302	2.568.154	1.773.308	998.314	2.771.622
Actividades imobiliárias	-	-	-	760.039	745.973	1.506.012	760.039	745.973	1.506.012
Outras actividades	203.456	12	203.468	809.813	252.329	1.062.142	1.013.269	252.341	1.265.610
Educação	-	-	-	127.330	-	127.330	127.330	-	127.330
Saúde e segurança social	-	-	-	185.850	1.568	187.418	185.850	1.568	187.418
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	10.981	4.147	15.128	10.981	4.147	15.128
	363.071	49.270	412.341	6.075.402	2.741.370	8.816.772	6.438.473	2.790.640	9.229.113
<b>Particulares</b>									
Habituação	-	-	-	2.575.433	244.091	2.819.524	2.575.433	244.091	2.819.524
Outros fins	-	-	-	1.496.463	187.433	1.683.896	1.496.463	187.433	1.683.896
	-	-	-	4.071.896	431.524	4.503.420	4.071.896	431.524	4.503.420
	363.071	49.270	412.341	10.147.298	3.172.894	13.320.192	10.510.369	3.222.164	13.732.533

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

31-12-2012									
Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total			
Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	
<b>Empresas</b>									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	3.946	-	3.946	3.946	-	3.946	
Pesca	-	-	4.434	-	4.434	4.434	-	4.434	
Indústrias transformadoras	-	-	467.157	49.268	516.425	467.157	49.268	516.425	
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	205.321	29.846	235.167	205.321	29.846	235.167	
Indústria têxtil	-	-	1.608	325	1.933	1.608	325	1.933	
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	283	349	632	283	349	632	
Outras indústrias transformadoras	-	-	259.945	18.748	278.693	259.945	18.748	278.693	
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	-	-	4.308	21	4.329	4.308	21	4.329	
Construção	-	95.978	1.717.852	24.664	1.742.516	1.717.852	120.642	1.838.494	
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	570.560	50.296	620.856	570.560	50.296	620.856	
Transportes, armazenagem e comunicações	111.295	-	291.635	681.958	973.593	402.930	681.958	1.084.888	
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	627.644	111.137	738.781	627.644	111.137	738.781	
Actividades de informação e de comunicação	-	-	508.464	4.733	513.197	508.464	4.733	513.197	
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	293.911	24	293.935	2.667.191	851.116	3.518.307	2.961.102	851.140	
Actividades imobiliárias	-	-	1.127.785	576.997	1.704.782	1.127.785	576.997	1.704.782	
Outras actividades	293.911	24	293.935	1.539.406	274.119	1.813.525	1.833.317	2.107.460	
Educação	-	-	119.690	-	119.690	-	-	119.690	
Saúde e segurança social	-	-	52.870	12.714	65.584	52.870	12.714	65.584	
Famílias com empregados domésticos	-	-	17.965	1.273	19.238	17.965	1.273	19.238	
<b>405.206</b>	<b>96.002</b>	<b>501.208</b>	<b>7.053.716</b>	<b>1.787.180</b>	<b>8.840.896</b>	<b>7.458.922</b>	<b>1.883.182</b>	<b>9.342.104</b>	
<b>Particulares</b>									
Habituação	-	-	2.295.895	202.312	2.498.207	2.295.895	202.312	2.498.207	
Outros fins	-	-	1.762.820	151.146	1.913.966	1.762.820	151.146	1.913.966	
-	-	-	4.058.715	353.458	4.412.173	4.058.715	353.458	4.412.173	
<b>405.206</b>	<b>96.002</b>	<b>501.208</b>	<b>11.112.431</b>	<b>2.140.638</b>	<b>13.253.069</b>	<b>11.517.637</b>	<b>2.236.640</b>	<b>13.754.277</b>	

9. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica é composta por um terreno e um imóvel recebidos por recuperação de créditos vencidos. No exercício de 2012, foi alienado o terreno sito na Vila dos Espargos, Ilha do Sal, no montante de mCve. 6.000.

10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

Descrição	2013					Valor líquido em 31-12-2013
	Saldos em 31-12-2012					
	Valor bruto	Imparidade e amortizações acumuladas	Adições	Abates líquidos	Amortizações do exercício	
<b>Imóveis de serviço próprio</b>						
. Terrenos	38.732	-	2.862	-	-	41.594
. Edifícios	113.093	( 47.638)	34.376	-	( 2.382)	97.449
Obras em imóveis arrendados	259.719	( 188.146)	3.662	-	( 13.772)	61.463
	<b>411.544</b>	<b>( 235.784)</b>	<b>40.900</b>	<b>-</b>	<b>( 16.154)</b>	<b>200.506</b>
<b>Equipamento</b>						
. Mobiliário e material	44.514	( 27.857)	2.989	-	( 2.637)	17.009
. Máquinas e ferramentas	24.926	( 18.358)	545	-	( 2.151)	4.962
. Equipamento informático	247.443	( 220.789)	6.734	-	( 14.331)	19.057
. Instalações interiores	14.091	( 10.728)	303	-	( 866)	2.800
. Material de transporte	76.219	( 38.080)	-	( 4.875)	( 10.531)	22.733
. Equipamento de segurança	12.175	( 9.794)	1.639	-	( 1.202)	2.818
. Outro equipamento	38.431	( 19.603)	2.130	-	( 4.709)	16.249
Outros activos tangíveis	157	( 101)	-	-	( 16)	40
	<b>457.956</b>	<b>( 345.310)</b>	<b>14.340</b>	<b>( 4.875)</b>	<b>( 36.443)</b>	<b>85.668</b>
<b>Activos tangíveis em curso</b>						
. Despesas em edifícios arrendados	1.351	-	794	-	-	2.145
. Equipamento	3.929	( 3.929)	-	-	-	-
	<b>5.280</b>	<b>( 3.929)</b>	<b>794</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.145</b>
	<b>874.780</b>	<b>( 585.023)</b>	<b>56.034</b>	<b>( 4.875)</b>	<b>( 52.597)</b>	<b>288.319</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Descrição	2012							Valor líquido em 31-12-2012
	Saldos em 31-12-2011		Adições	Transfe- -rências	Abates líquidos	Amortizações do exercício	Imparidade e amortizações acumuladas	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas						
<b>Imóveis de serviço próprio</b>								
. Terrenos	38.732	-	-	-	-	-	-	38.732
. Edifícios	113.093	( 45.725)	-	-	-	( 1.913)	-	65.455
Obras em imóveis arrendados	259.719	( 174.709)	-	-	-	( 13.437)	-	71.573
	<u>411.544</u>	<u>( 220.434)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>( 15.350)</u>	<u>-</u>	<u>175.760</u>
<b>Equipamento</b>								
. Mobiliário e material	44.161	( 25.422)	353	-	-	( 2.435)	-	16.657
. Máquinas e ferramentas	22.663	( 16.418)	2.263	-	-	( 1.940)	-	6.568
. Equipamento informático	245.097	( 203.242)	2.618	-	( 119)	( 17.795)	-	26.559
. Instalações interiores	13.402	( 9.817)	784	-	-	( 911)	-	3.458
. Material de transporte	66.969	( 42.076)	28.550	-	( 2.429)	( 12.875)	-	38.139
. Equipamento de segurança	11.538	( 8.898)	637	-	-	( 896)	-	2.381
. Outro equipamento	28.600	( 16.986)	8.567	3.077	( 682)	( 3.748)	-	18.828
Outros activos tangíveis	157	( 86)	-	-	-	( 15)	-	56
	<u>432.587</u>	<u>( 322.945)</u>	<u>43.772</u>	<u>3.077</u>	<u>( 3.230)</u>	<u>( 40.615)</u>	<u>-</u>	<u>112.646</u>
<b>Activos tangíveis em curso</b>								
. Despesas em edifícios arrendados	1.351	-	-	-	-	-	-	1.351
. Equipamento	7.006	( 3.929)	-	( 3.077)	-	-	-	-
	<u>8.357</u>	<u>( 3.929)</u>	<u>-</u>	<u>( 3.077)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.351</u>
	<u>852.488</u>	<u>( 547.308)</u>	<u>43.772</u>	<u>-</u>	<u>( 3.230)</u>	<u>( 55.965)</u>	<u>-</u>	<u>289.757</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Activos tangíveis em curso” inclui mCve. 3.929, referentes à aquisição de um equipamento tipo “Quiosque” ATM com acesso ao site do Banco. No entanto, o projecto não foi concluído devido a dificuldades financeiras da empresa fornecedora do equipamento pelo que o Banco registou uma imparidade para a totalidade do montante (Nota 18).

No âmbito da transição para as NIRF, o Banco apurou um ajustamento negativo em capital próprio de mCve. 17.724 relativo a imparidade do imóvel de serviço próprio, determinado com base em avaliação externa independente. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a imparidade registada para o imóvel ascende a mCve. 13.743 (Nota 18).

11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos “Activos intangíveis” nos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

Descrição	Saldos em 31-12-2011				Saldos em 31-12-2012				Saldos em 31-12-2013		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Software	80.241	(76.382)	1.472	(2.515)	81.713	(78.897)	761	(1.764)	82.474	(80.661)	1.813

12. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	2013		Activo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
			Valor de balanço	Data			
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10.000	54.250	31-12-2013	760.100	149.060	524.501
CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	15%	15.000	15.000	31-12-2013	97.167	(4.033)	95.967
			<u>69.250</u>				
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	2012		Activo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
			Valor de balanço	Data			
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10.000	45.022	31-12-2012	620.939	90.579	450.646

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de direcção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na actividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.

Nos termos do disposto no Artigo 1º da Portaria n.º 28/2013 de 15 de Maio foi autorizada a constituição da CVGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. (Sociedade) com o capital social de mCve. 100.000. Trata-se de uma sociedade de garantia mútua que tem como objecto social a realização de operações financeiras em benefício de micro, pequenas e médias empresas, com vista a promover e a facilitar o seu acesso ao financiamento, quer junto do sistema financeiro, quer no mercado de capitais. O Banco subscreveu 15.000 acções com um valor de mCve. 15.000, correspondentes a 15% do capital da Sociedade. Nos termos do Acordo Parassocial, os accionistas instituições de crédito da Sociedade, concedem à SPMG – Sociedade de Investimento, S.A. uma opção de venda de acções da Sociedade pelo valor nominal a exercer anualmente com referência a 31 de Dezembro. Em 23 de Dezembro de 2013, foi apresentado o requerimento ao Banco de Cabo Verde para autorização do início de actividade da Sociedade, encontrando-se a aguardar o parecer favorável do mesmo. Neste sentido, o Banco manteve a participação na Sociedade registada ao custo de aquisição.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2013 e 2012 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras do Banco pode ser demonstrado da seguinte forma:

	SISP	CVGARANTE	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	40.804	-	40.804
Resultados em empresas associadas	8.740	-	8.740
Dividendos recebidos	(4.522)	-	(4.522)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	45.022	-	45.022
Custo de aquisição	-	15.000	15.000
Resultados em empresas associadas	14.234	-	14.234
Dividendos recebidos	(5.006)	-	(5.006)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	54.250	15.000	69.250

13. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 eram os seguintes:

	2013	2012
<u>Activos por impostos correntes</u>		
. Pagamentos por conta	36.313	33.561
<u>Activos por impostos diferidos</u>		
. Por diferenças temporárias	-	9.982
<u>Passivos por impostos diferidos</u>		
. Por diferenças temporárias	(5.355)	(4.452)
	<u>(5.355)</u>	<u>5.530</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

O detalhe do movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013			Saldo em 31-12-2013
	Saldo em 31-12-2012	Variação em		
		Capital Próprio	Resultados	
<u>Ajustamentos de conversão para as NIRF</u>	9.982	-	(9.982)	-
<u>Movimentos efectuados por reservas</u>				
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 21)	(4.452)	(903)	-	(5.355)
	<u>5.530</u>	<u>(903)</u>	<u>(9.982)</u>	<u>(5.355)</u>
	2012			Saldo em 31-12-2012
	Saldo em 31-12-2011	Variação em		
		Capital Próprio	Resultados	
<u>Ajustamentos de conversão para as NIRF</u>	19.964	-	(9.982)	9.982
<u>Movimentos efectuados por reservas</u>				
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 21)	(8.204)	3.752	-	(4.452)
	<u>11.760</u>	<u>3.752</u>	<u>(9.982)</u>	<u>5.530</u>

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2008 com efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorrem para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2013 e 2012 pode ser demonstrada como se segue:

	2013		2012	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		83.478		134.523
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,5%	21.287	25,5%	34.303
Benefícios fiscais:				
. Rendimentos de títulos da Dívida Pública colocados em mercado secundário	(19,60%)	(16.361)	(12,89%)	(17.335)
. Rendimento de obrigações cotadas na Bolsa de valores de Cabo Verde	(14,89%)	(12.434)	(7,87%)	(10.582)
. Dividendos	(0,85%)	(706)	(2,46%)	(3.309)
. Outros	(2,30%)	(1.916)	(0,88%)	(1.178)
Encargos não aceites fiscalmente	2,98%	2.488	1,10%	1.485
Rendimento de obrigações admitidas à cotação	3,30%	2.752	4,26%	5.731
Prejuízo fiscal	17,82%	14.872	0,64%	867
Imposto sobre lucros do exercício	<u>12,0%</u>	<u>9.982</u>	<u>7,4%</u>	<u>9.982</u>

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário, estão isentos de tributação. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estes rendimentos ascendem a mCve. 64.161 e mCve. 67.982, respectivamente (Nota 22).

Em Setembro de 2010, o Banco foi notificado pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI), de uma liquidação adicional no montante de mCve. 6.601, referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2009. Em 30 de Setembro de 2010, o Banco procedeu à respectiva liquidação, tendo de seguida contestado a liquidação do montante de mCve. 853, encontrando-se a aguardar a conclusão do processo pela DGCI.

Em Agosto de 2012, o Banco recebeu uma notificação da DGCI, para fixação da matéria colectável do exercício de 2011, que resultou num crédito de imposto no montante de mCve. 11.056.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em Novembro de 2013, o Banco recebeu uma notificação da DGCI, para fixação da matéria colectável do exercício de 2012, que resultou num crédito de imposto no montante de mCve. 3.834. Apesar disso, o Banco contestou algumas correcções efectuadas relativamente a despesas com pessoal não declaradas e despesas de representação no montante de mCve. 4.681 e mCve. 335, respectivamente, encontrando-se a aguardar a conclusão do processo pela DGCI.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei nº 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que qualquer correcção seja significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2013.

14. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Devedores e outras aplicações		
· Valores a receber dos Correios de Cabo Verde	12.409	-
· Valores a receber do Estado de Cabo Verde	7.600	7.066
· Valores a receber do Grupo	4.810	4.633
· Outros	8.679	5.137
Outros activos		
· Património artístico	606	606
Rendimentos a receber		
· Outros	2.899	2.127
Despesas com encargo diferido		
· Outros gastos administrativos	6.137	4.839
Outras contas de regularização		
· Cheques em trânsito	3.270	9.162
· Outros	6.699	2.000
	<u>53.109</u>	<u>35.570</u>
Imparidade de outros activos (Nota 18)	<u>(14.518)</u>	<u>(5.669)</u>
	<u>38.591</u>	<u>29.901</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)15. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Recursos de instituições de crédito nacionais		
· Empréstimos de empresas seguradoras		
Garantia Companhia Seg Cabo Verde, S.A.	93.000	68.900
Protege Correctora Seguros	6.523	6.236
	<u>99.523</u>	<u>75.136</u>
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
· Descobertos em depósitos à ordem:		
ECV - Serviços Financeiros, S.A.	19.372	4.318
Unicre - Instituição de Crédito, S.A.	6.411	-
Outros	-	25
	<u>25.783</u>	<u>4.343</u>
· Empréstimos		
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) - Euros	76.364	87.273
Caixa Geral de Depósitos - Euros	19.767	90.615
	<u>96.131</u>	<u>177.888</u>
Juros a pagar	1.455	2.522
	<u>222.892</u>	<u>259.889</u>

Em 14 de Outubro de 2005, o Banco, o Banco Comercial do Atlântico, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 Euros, para apoio a projectos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 30 de Abril de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa fixa de 3,36%. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco tinha esta linha utilizada em 791.484 Euros e 692.550 Euros (mCve. 87.273 e mCve. 76.364, respectivamente).

Em 14 de Outubro de 2005, o Banco contraiu uma linha de crédito junto da Caixa Geral de Depósitos no montante máximo de 5.000.000 Euros (mCve. 551.325), pelo prazo de um ano, renovável por períodos iguais. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a linha de crédito encontrava-se utilizada em mCve. 19.767 e mCve. 90.615, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Depósitos de poupança:		
· Poupança jovem	<u>140.491</u>	<u>174.365</u>
Depósitos à ordem		
· De residentes	4.996.860	4.450.972
· De não residentes	885.064	809.835
· De emigrantes	<u>481.310</u>	<u>478.742</u>
	<u>6.363.234</u>	<u>5.739.549</u>
Depósitos a prazo		
· De residentes	5.635.972	4.760.502
· De emigrantes	2.881.004	2.435.204
· De não residentes	<u>1.253.798</u>	<u>1.104.201</u>
	<u>9.770.774</u>	<u>8.299.907</u>
Operações de venda com acordo de recompra (Nota 7)		
· Obrigações do Tesouro	684.000	1.383.600
Outros débitos		
· Cheques e ordens a pagar	<u>16.998</u>	<u>14.530</u>
	<u>16.975.497</u>	<u>15.611.951</u>
Juros a pagar	<u>180.880</u>	<u>160.779</u>
	<u>17.156.377</u>	<u>15.772.730</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

17. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Durante o exercício de 2008, o Banco emitiu um empréstimo obrigacionista de 100.000 obrigações com um valor nominal de 5.000 Escudos de Cabo Verde cada. Nos termos das condições definidas na emissão, o empréstimo tinha um prazo de 6 anos e vencia juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,9%. O reembolso seria realizado de uma só vez na data de vencimento (8 de Julho de 2014). Contudo, existe a opção de reembolso antecipado um ano após a data de emissão, e a partir dessa data de seis em seis meses, mediante o pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.

Em 30 de Julho de 2009, o Banco anunciou junto da Bolsa de Valores de Cabo Verde, as seguintes alterações relativas ao empréstimo obrigacionista:

- Alteração da taxa de juro a partir do 3º cupão (inclusivé):
  - taxa de juro de 6% durante 4 anos, com início em 8 de Julho de 2009;
  - taxa de juro igual à taxa de juro da última emissão de Obrigações do Tesouro a 5 anos realizada antes da data de revisão da taxa de juro (8 de Julho de 2013), acrescida de 0,5%, para os últimos 5 anos, com início em 8 de Julho de 2013 a 8 de Julho de 2018;
- Alteração do prazo para 10 anos a partir de Julho de 2008, mantendo-se a opção de reembolso antecipado nos termos acima descritos.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os juros a pagar ascendiam a mCve. 14.348. Adicionalmente, nestas datas encontravam-se a ser diferidas comissões no montante de mCve. 331.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)18. IMPARIDADE

O movimento na imparidade do Banco durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013				Recuperações de imparidade
	Saldos em 31-12-2012	Dotações líquidas em resultados	Utilizações	Saldos em 31-12-2013	
<u>Imparidade</u>					
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	1.259.101	196.924	(67.522)	1.388.503	-
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	40.082	-	-	40.082	
	<u>1.299.183</u>	<u>196.924</u>	<u>(67.522)</u>	<u>1.428.585</u>	
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10)	17.672	-	-	17.672	
Imparidade de outros activos (Nota 14)	5.669	8.849	-	14.518	
	<u>23.341</u>	<u>8.849</u>	<u>-</u>	<u>32.190</u>	
	<u>1.322.524</u>	<u>205.773</u>	<u>(67.522)</u>	<u>1.460.775</u>	
<u>2012</u>					
	Saldos em 31-12-2011	Dotações líquidas em resultados	Utilizações	Saldos em 31-12-2012	Recuperações de imparidade
<u>Imparidade</u>					
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	1.012.737	248.358	(1.994)	1.259.101	-
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	40.082	-	-	40.082	
	<u>1.052.819</u>	<u>248.358</u>	<u>(1.994)</u>	<u>1.299.183</u>	
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10)	17.672	-	-	17.672	
Imparidade de outros activos (Nota 14)	4.869	800	-	5.669	
	<u>22.541</u>	<u>800</u>	<u>-</u>	<u>23.341</u>	
	<u>1.075.360</u>	<u>249.158</u>	<u>(1.994)</u>	<u>1.322.524</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)19. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Credores diversos		
Credores diversos - Por valores a liquidar	47.062	54.829
Recursos diversos		
. Conta caução	14.533	9.460
Sector Público Administrativo		
. Retenção de impostos na fonte	14.839	15.771
. Previdência social	2.844	2.460
. Imposto sobre o valor acrescentado	341	344
Cobrança por conta de terceiros	224	225
Outros	253	253
	<u>80.096</u>	<u>83.342</u>
Encargos a pagar		
Custos administrativos	21.795	17.117
Prémios de produtividade	17.571	14.785
Subsídio de férias	2.877	2.479
Férias por gozar	11.739	11.739
Subsídio de Natal	-	65
	<u>53.982</u>	<u>46.185</u>
Receitas com rendimento diferido		
De operações extrapatrimoniais	9.207	8.179
Anuidades de cartões	4.007	16.542
De créditos documentários	3.121	1.287
Outros	338	338
	<u>16.673</u>	<u>26.346</u>
Outras contas de regularização		
Compensação - Caução	8.507	1.938
ATM - Multibanco	5.790	1.593
Compensação SISP	4.056	8.809
Cartões VISA	3.319	2.042
Sobras de caixa	1.959	1.606
Cheques devolvidos	1.380	1.357
	<u>25.011</u>	<u>17.345</u>
	<u>175.762</u>	<u>173.218</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica “Credores diversos – Por valores a liquidar” corresponde a movimentos em trânsito que foram creditados nas contas de clientes no início de 2014 e 2013, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outras contas de regularização” inclui montantes a pagar relacionados com operações efectuadas nas ATM's geridas pela SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A.R.L. nos montantes de mCve. 5.790 e mCve. 1.593, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Encargos a pagar – Subsídio de férias” corresponde à provisão para o subsídio de férias relativas ao exercício de 2013 e 2012, dos colaboradores contratados pelo Banco após Agosto de 2009, cujo pagamento apenas irá ocorrer em Janeiro de 2014 e 2013, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)20. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o capital do Banco estava representado por 100.000 acções, com o valor nominal de mCve. 10 cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

Entidade	Número de acções	%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	70.000	70,00%
Empreitel Figueiredo, S.A.R.L.	11.110	11,11%
Adega, S.A.R.L.	6.428	6,43%
Sita, S.A.R.L.	5.447	5,45%
Pedro José Sapinho Rodrigues Pires	1.655	1,65%
Outros	5.360	5,36%
	<u>100.000</u>	<u>100,00%</u>

21. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2013	2012
Prémios de emissão	388	388
Reservas de reavaliação		
. De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	20.999	17.457
. De impostos diferidos (Nota 13)	(5.355)	(4.452)
. Outros	1	-
	<u>15.645</u>	<u>13.005</u>
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	135.566	123.112
. Outras reservas	639.971	527.884
. Resultados transitados	(146.396)	(146.396)
	<u>629.141</u>	<u>504.600</u>
Lucro do exercício	73.496	124.541
	<u>718.670</u>	<u>642.534</u>

Reservas de reavaliação

Reflectem as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

## 22. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Juros de crédito a clientes		
· Crédito interno	867.037	850.172
· Crédito ao exterior	49.120	52.679
· Crédito vencido	77.042	114.777
· Crédito ao pessoal	9.002	8.149
· Outros créditos e valores a receber - titulados		
Títulos de dívida		
De emissores públicos nacionais		
· Obrigações do Tesouro	90.105	84.241
De outros residentes	48.760	46.644
Juros de aplicações em instituições de crédito		
· No país	6.236	3.391
· No estrangeiro	129	287
Juros de disponibilidades	-	12
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	43.044	64.001
	<u>1.190.475</u>	<u>1.224.353</u>

Nos exercícios de 2013 e 2012, os juros de Obrigações do Tesouro colocados no mercado secundário ascenderam a mCve. 64.161 e mCve. 67.982, respectivamente (Nota 23).

Nos exercícios de 2013 e 2013, o saldo da rubrica “Juros de crédito a clientes – crédito vencido” inclui essencialmente o recebimento de juros anulados em exercícios anteriores.

## 23. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Juros de depósitos		
· Depósitos de poupança		
Poupança Jovem	5.541	6.947
· Depósitos à ordem		
De residentes	30.571	24.490
De não residentes	95	10
· Depósitos a prazo		
De residentes	260.323	230.266
De emigrantes	141.115	118.895
De não residentes	55.371	43.177
Juros de passivos subordinados	30.000	30.000
Juros de empréstimos		
· De residentes	5.659	3.428
· De não residentes	4.026	19.185
Juros de credores e outros recursos		
· Operações de venda com acordo de recompra (Nota 22)		
Obrigações do Tesouro	64.161	67.982
Outros juros e encargos similares	7.486	7.993
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	-	22
	<u>604.348</u>	<u>552.395</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)24. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Rendimentos de activos disponíveis para venda:		
Emitidos por residentes		
. Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	1.746	1.848
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	971	970
. VISA International Service Association	51	18
. Banco Comercial do Atlântico, S.A.	-	10.142
	<u>2.768</u>	<u>12.978</u>

25. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Por operações sobre instrumentos financeiros	46.684	45.404
Por serviços prestados		
. Comissões de anuidades de cartões	48.048	29.257
. Comissões na emissão de cheques	13.060	13.355
	<u>61.108</u>	<u>42.612</u>
Por garantias prestadas		
. Garantias e avales	31.265	21.883
. Créditos documentários	9.148	25.114
	<u>40.413</u>	<u>46.997</u>
Outras comissões	3.774	3.819
	<u>151.979</u>	<u>138.832</u>
<u>Encargos com serviços e comissões</u>		
Por garantias recebidas		
. Garantias e avales	(441)	965
	<u>(441)</u>	<u>965</u>
Por serviços bancários prestados por terceiros		
. Comissões VISA	11.635	11.585
. Outras comissões	10.538	11.011
	<u>22.173</u>	<u>22.596</u>
	<u>21.732</u>	<u>23.561</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)26. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013			2012		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	29.806	(5.895)	23.911	37.244	(7.258)	29.986
Resultados em notas e moedas	19.915	(6.885)	13.030	24.458	(5.967)	18.491
	<u>49.721</u>	<u>(12.780)</u>	<u>36.941</u>	<u>61.702</u>	<u>(13.225)</u>	<u>48.477</u>

27. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Nos exercícios de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica corresponde a ganhos na alienação de outros activos tangíveis no montante de mCve. 1.125 e mCve. 2.162, respectivamente.

28. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2013	2012
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Prestação de serviços diversos:		
· Taxa de serviço	36.786	42.960
· Cartões de crédito	22.903	19.127
· Outros	9.370	10.934
Reembolso de despesas	47	48
Outros	334	2.022
	<u>69.440</u>	<u>75.091</u>
<u>Outros gastos de exploração</u>		
Outros impostos	(4.039)	(5.611)
Donativos e quotizações	(3.207)	(3.613)
Outros	(14.062)	(17.172)
	<u>(21.308)</u>	<u>(26.396)</u>
	<u>48.132</u>	<u>48.695</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outros gastos de exploração – outros” inclui os montantes de mCve. 11.377 e mCve. 12.837, respectivamente, relativos a comissões cobradas pela CGD sobre cada transferência efectuada para o estrangeiro por clientes do Banco. Esta comissão é debitada ao Banco no momento em que a transferência é executada pela CGD, sendo posteriormente cobrada pelo Banco aos respectivos clientes. As comissões cobradas aos clientes são registadas na rubrica “Outros rendimentos de exploração – prestação de serviços diversos – outros” e ascendem a mCve. 9.032 e mCve. 10.625 em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, respectivamente.

29. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	24.419	24.544
Remunerações dos empregados	156.916	150.912
Encargos sociais e obrigatórios	20.759	22.849
Prémios de produtividade	11.630	8.185
- Empregados	8.821	4.770
- Órgãos de gestão e fiscalização	2.809	3.415
Outros	3.223	3.035
	<u>216.947</u>	<u>209.525</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o número de efectivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respectivas categorias profissionais, era o seguinte:

	2013	2012
Direcção	5	4
Coordenadores	7	8
Responsáveis / Gerentes	26	28
Administrativos	74	68
Auxiliares	5	6
	<u>117</u>	<u>114</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os números apresentados acima incluem 43 e 67, respectivamente, colaboradores com contrato de trabalho a termo certo.

30. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Serviços especializados		
· Serviços especializados - SISP	37.826	36.359
· Serviços de informática	32.022	33.105
· Segurança e vigilância	17.957	18.057
· Outros serviços especializados	11.362	9.837
· Serviços de limpeza	7.190	7.333
· Honorários	4.755	4.827
· Serviços de auditoria	4.155	4.269
· Serviços de manutenção	1.611	2.860
Rendas e alugueres	27.207	28.314
Água, energia e combustíveis	24.032	22.920
Publicidade e edição de publicações	23.423	19.526
Comunicações e despesas de expedição	16.116	15.272
Impressos e material de consumo corrente	11.212	11.886
Seguros	10.722	9.160
Transportes	8.064	7.194
Conservação e reparação	7.894	7.376
Formação de pessoal	6.615	11.908
Deslocações, estadas e representação	5.590	5.977
Outros	1.262	1.066
	<u>259.015</u>	<u>257.246</u>

31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2013	2012
<u>Passivos eventuais</u>		
· Garantias e avales prestados	2.106.864	1.746.808
· Créditos documentários abertos	1.059.235	7.400
	<u>3.166.099</u>	<u>1.754.208</u>
Depósito e guarda de valores	1.817.735	1.463.509
	<u>4.983.834</u>	<u>3.217.717</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Conselho de Administração prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da actividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- Negociação e vendas – Compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “Repo” e de corretagem. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito;
- Banca comercial – Inclui as actividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e pequenas e médias empresas. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projectos de investimento, desconto de letras, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público.
- Banca de retalho - Compreende a actividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares, bem como as transferências internacionais de dinheiro.

Com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

	2013			Total
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	
Juros e rendimentos similares	145.230	702.509	342.736	1.190.475
Juros e encargos similares	(47.170)	(256.103)	(301.075)	(604.348)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>98.060</b>	<b>446.406</b>	<b>41.661</b>	<b>586.127</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	2.768	-	-	2.768
Rendimentos de serviços e comissões	-	102.145	49.834	151.979
Encargos com serviços e comissões	-	(9.989)	(11.743)	(21.732)
Resultados de reavaliação cambial	36.941	-	-	36.941
Resultados de alienação de outros activos	1.125	-	-	1.125
Outros resultados de exploração	-	22.124	26.008	48.132
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>138.894</b>	<b>560.686</b>	<b>105.760</b>	<b>805.340</b>
Outros gastos e rendimentos				(731.844)
<b>Resultado do exercício</b>				<b>73.496</b>
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	745.547	-	-	745.547
Disponibilidades em outras instituições de crédito	648.788	-	-	648.788
Activos financeiros disponíveis para venda	330.680	-	-	330.680
Aplicações em instituições de crédito	3.311.265	-	-	3.311.265
Títulos de dívida pública	1.397.776	-	-	1.397.776
Crédito a clientes	-	8.679.246	4.234.374	12.913.620
Recursos de outras instituições de crédito	222.892	-	-	222.892
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	7.885.815	9.270.562	17.156.377
Outros passivos subordinados	514.017	-	-	514.017

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2012			Total
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	
Juros e rendimentos similares	134.575	723.396	366.382	1.224.353
Juros e encargos similares	(60.628)	(235.087)	(256.680)	(552.395)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>73.947</b>	<b>488.309</b>	<b>109.702</b>	<b>671.958</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	12.978	-	-	12.978
Rendimentos com serviços e comissões	-	92.157	46.675	138.832
Encargos com serviços e comissões	-	(11.263)	(12.298)	(23.561)
Resultado em activos Financeiros	651	-	-	651
Resultados de reavaliação cambial	48.477	-	-	48.477
Resultados de alienação de outros activos	2.162	-	-	2.162
Outros resultados de exploração	-	23.279	25.417	48.696
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>138.215</b>	<b>592.482</b>	<b>169.496</b>	<b>900.193</b>
Outros custos e proveitos				(775.651)
<b>Resultado líquido do exercício</b>				<b>124.542</b>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.758.436	-	-	1.758.436
Disponibilidades em outras instituições de crédito	280.283	-	-	280.283
Activos financeiros disponíveis para venda	327.139	-	-	327.139
Aplicações em instituições de crédito	1.025.663	-	-	1.025.663
Títulos de dívida pública	1.485.375	-	-	1.485.375
Crédito a clientes	-	8.872.428	4.195.366	13.067.794
Recursos de outras instituições de crédito	259.889	-	-	259.889
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	7.540.080	8.232.650	15.772.730
Outros passivos subordinados	514.017	-	-	514.017

## 33. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco todas as entidades controladas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos e as empresas associadas.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos sociais:

	2013						
	Grupo Caixa Geral de Depósitos						
	CGD	Sucursal de França	Banco Comercial do Atlântico	Promotora	Garantia	Promoleasing	Associadas
<b>Activos:</b>							
Disponibilidades em outras instituições de crédito	492.738	102	21.761	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	18.201	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	246.337	15.307	81.677	5.250	-
Crédito a clientes	-	-	5.349	-	-	-	-
Imparidade	-	-	(10.010)	(1.880)	(28.192)	-	-
Outros activos	-	-	4.810	-	2.161	-	2.899
<b>Passivos:</b>							
Recursos de outras instituições de crédito	-	19.767	-	-	93.000	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	-	-	88.289
Outros passivos subordinados	-	-	-	47.165	23.727	-	-
Outros Passivos	-	-	222	1.380	-	-	4.229
<b>Extrapatrimoniais:</b>							
Garantias prestadas	-	-	-	-	-	-	23.965
<b>Rendimentos:</b>							
Juros e rendimentos similares	124	-	368	-	-	-	41
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	1.746	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	-	-	-	-	22.603
<b>Gastos:</b>							
Juros e encargos similares	-	1.209	-	2.779	3.942	-	199
Encargos com serviços e comissões	-	-	-	-	-	-	1.997
Gastos gerais administrativos	-	-	-	-	11.503	-	37.826
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	-	196	-	-	-	12

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2012					
	Grupo Caixa Geral de Depósitos					
	CGD	Banco Comercial do Atlântico	Promotora	Garantia	Promoleasing	Associadas
<b>Activos:</b>						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	144.005	16.066	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	17.281	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	246.677	15.307	81.677	5.250	-
Crédito a clientes	-	6.680	-	-	-	2.072
Imparidade	-	(10.351)	(1.880)	(28.192)	-	(68)
Outros activos	-	4.633	-	-	-	2.127
<b>Passivos:</b>						
Recursos de outras instituições de crédito	20	-	-	72.881	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	47.165	23.727	-	37.532
Outros Passivos	-	254	1.380	-	-	3.218
<b>Rendimentos:</b>						
Juros e rendimentos similares	280	384	-	-	-	405
Rendimentos de serviços e comissões	-	10.142	-	1.848	-	18.830
<b>Gastos:</b>						
Juros e encargos similares	11.013	-	2.779	3.910	-	-
Gastos de exploração	-	-	-	9.395	-	38.018

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Órgãos de gestão

Em 2013, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Banco ascenderam a mCve. 26.712 (mCve. 28.708 no exercício de 2012).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 2.381 e mCve. 761, respectivamente.

34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROSPolíticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado.

Risco cambial

A existência de paridade fixa entre o Escudo de Cabo Verde e o Euro (110,265/1 Euro), resultante do acordo de convertibilidade existente entre Cabo Verde e Portugal, explica o facto de o Euro não ser considerado para efeito de posição cambial nos regulamentos do Banco de Cabo Verde vigentes e nos que estão em elaboração.

O Banco mantém uma posição cambial neutra em Dólares dos Estados Unidos matching, e praticamente não tem posição em outras moedas, o que só casuisticamente pode aparecer, em pequenas transacções de turismo.

Risco de liquidez

A gestão de liquidez do Banco é acompanhada e medida através do cash flow diário, cujas políticas e normas emanam do Comité de Activos e Passivos e é actualizado sistematicamente durante o dia, para o período mais curto, e com cobertura também para os períodos mais longos. No cash flow leva-se em consideração o saldo não utilizado de créditos aprovados.

Tendo em conta a natureza do mercado cabo-verdiano com um excesso estrutural de liquidez, não sendo o BI excepção, a gestão da liquidez não apresenta riscos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

A carteira de títulos de dívida pública é uma alternativa à aplicação da liquidez do Banco, quer em títulos do Banco de Cabo Verde quer em títulos do Estado de Cabo Verde. Os títulos de dívida pública por sua vez, podem ser repassados ao mercado secundário. Devido à facilidade de compra e venda de moeda estrangeira junto do Banco de Cabo Verde, também é possível aplicar o nosso excedente de liquidez no exterior.

O Banco dispõe ainda de linha de crédito contratada junto da Caixa Geral de Depósitos para fazer face a uma eventual necessidade pontual de liquidez.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2013									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
<b>Activo</b>										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	745.547	-	-	-	-	-	-	-	-	745.547
Disponibilidades em outras instituições de crédito	648.788	-	-	-	-	-	-	-	-	648.788
Aplicações em instituições de crédito	3.293.064	10.115	-	-	-	-	-	-	8.086	3.311.265
Títulos de dívida pública	108.761	8.448	4.089	50.004	358.520	732.114	135.840	-	-	1.397.776
Crédito a clientes (saldos brutos)	2.176.678	1.214.960	408.341	1.146.422	1.641.105	1.195.953	3.027.038	3.491.626	-	14.302.123
	<b>6.972.838</b>	<b>1.233.523</b>	<b>412.430</b>	<b>1.196.426</b>	<b>1.999.625</b>	<b>1.928.067</b>	<b>3.162.878</b>	<b>3.491.626</b>	<b>8.086</b>	<b>20.405.499</b>
<b>Passivos</b>										
Recursos de outras instituições de crédito	(101.579)	(37.805)	(5.455)	(12.164)	(21.818)	(21.818)	(22.253)	-	-	(222.892)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(5.158.572)	(1.464.452)	(1.796.653)	(6.613.338)	(2.011.466)	(111.896)	-	-	-	(17.156.377)
Outros passivos subordinados	(14.017)	-	-	-	-	-	(500.000)	-	-	(514.017)
	<b>(5.274.168)</b>	<b>(1.502.257)</b>	<b>(1.802.108)</b>	<b>(6.625.502)</b>	<b>(2.033.284)</b>	<b>(133.714)</b>	<b>(522.253)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(17.893.286)</b>
Diferencial	<b>1.698.670</b>	<b>(268.734)</b>	<b>(1.389.678)</b>	<b>(5.429.076)</b>	<b>(33.659)</b>	<b>1.794.353</b>	<b>2.640.625</b>	<b>3.491.626</b>	<b>8.086</b>	<b>2.512.213</b>

	2012									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
<b>Activo</b>										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.758.436	-	-	-	-	-	-	-	-	1.758.436
Disponibilidades em outras instituições de crédito	280.283	-	-	-	-	-	-	-	-	280.283
Aplicações em instituições de crédito	1.004.404	5.825	-	7.052	-	-	-	-	8.382	1.025.663
Títulos de dívida pública	6.382	7.008	131.045	342.610	418.330	210.000	370.000	-	-	1.485.375
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.490.820	992.554	1.712.024	1.612.579	1.049.331	1.235.617	2.198.414	4.035.556	-	14.326.895
	<b>4.540.325</b>	<b>1.005.387</b>	<b>1.843.069</b>	<b>1.962.241</b>	<b>1.467.661</b>	<b>1.445.617</b>	<b>2.568.414</b>	<b>4.035.556</b>	<b>8.382</b>	<b>18.876.652</b>
<b>Passivos</b>										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(91.356)	(52.645)	(27.167)	(11.861)	(21.818)	(21.818)	(33.224)	-	-	(259.889)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(5.063.234)	(1.315.398)	(1.497.136)	(5.478.880)	(2.399.997)	(17.385)	(700)	-	-	(15.772.730)
Outros passivos subordinados	(14.017)	-	-	-	-	-	(500.000)	-	-	(514.017)
	<b>(5.168.607)</b>	<b>(1.368.043)</b>	<b>(1.524.303)</b>	<b>(5.490.741)</b>	<b>(2.421.815)</b>	<b>(39.203)</b>	<b>(533.924)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(16.546.636)</b>
Diferencial	<b>(628.282)</b>	<b>(362.656)</b>	<b>318.766</b>	<b>(3.528.500)</b>	<b>(954.154)</b>	<b>1.406.414</b>	<b>2.034.490</b>	<b>4.035.556</b>	<b>8.382</b>	<b>2.330.016</b>

Risco de taxa de juro

A generalidade das operações de crédito contratadas são a taxa fixa, o que implica a existência de risco de taxa de juro, mas que é minimizado pela cobertura natural através das operações passivas, como veremos a seguir.

Assim, quanto aos procedimentos de cobertura deste risco devemos destacar alguns aspectos que o Banco tem implementado:

- a base para coberturas activas a taxa fixa é feita através dos depósitos e não existe qualquer indexante nacional que possa ser utilizado como “referência” dos activos ou passivos;
- os contratos de crédito prevêm possibilidade de alteração de taxas de juros sob certas circunstâncias, o que é aceite juridicamente, e no demais funciona com gestão coerente de activos e passivos, pelos instrumentos de informações sistemáticas feitas pelo Gabinete de Mercados Financeiros;
- realização de emissões de obrigações indexadas à Euribor, que vão permitir uma mitigação de risco taxas de juros de operações activas e outras que se encontram no nosso pipe-line, que sendo indexadas à Euribor, encontram a sua cobertura natural nas emissões de obrigações.
- aumento das linhas de crédito em Euro, para atingir os nossos objectivos referidas na linha anterior.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)Risco de crédito

Para monitorizar o risco de crédito foi criado o Gabinete de Gestão de Risco (GGR), o qual é responsável por efectuar a avaliação do risco de crédito, e reporta directamente ao Presidente do Conselho de Administração.

Tem como principal objectivo, analisar o risco de crédito das empresas, centralizar as informações financeiras das empresas e actualizá-las com regularidade, informar a gestão sobre a qualidade da carteira de crédito das empresas. Por outro lado, centraliza as relações/informações com a Central de Risco do Banco de Cabo Verde. Adicionalmente, é da sua responsabilidade acompanhar a evolução das provisões do Banco e informar a Comissão Executiva, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

O GGR emite pareceres de risco sobre propostas elaboradas e/ou montadas pela área comercial, concretizando assim a separação das duas funções. Além disso faz acompanhamento da carteira de empresas, no sentido de identificar e alertar para potenciais situações de risco.

Ainda na vertente do acompanhamento da carteira de crédito, as áreas comerciais apresentam semanalmente no Comité de Crédito o ponto de situação dos créditos vencidos ou em contencioso, para permitir uma tomada de decisão célere pela Comissão Executiva.

Compete ao Comité de Crédito para além da análise, a aprovação dos créditos:

- análise e acompanhamento da Política de Crédito;
- análise e acompanhamento dos riscos de crédito dos clientes;
- análise e acompanhamento dos créditos vencidos e em contencioso;
- análise e aprovação de novos Produtos, seu preço e procedimentos.

Risco de mercado

A dimensão da Bolsa de Valores de Cabo Verde é reduzida. O Banco tem aplicações em acções e títulos de rendimento fixo.

Risco de CréditoExposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Títulos de dívida pública	1.397.776	1.485.375
Aplicações em instituições de crédito	3.311.265	1.025.663
Crédito a clientes	12.913.620	13.067.794
	<u>16.224.885</u>	<u>14.093.457</u>
Garantias e avales	2.106.864	1.746.808
Créditos documentários abertos	1.059.235	7.400
	<u>3.166.099</u>	<u>1.754.208</u>
Exposição máxima	<u>20.788.760</u>	<u>17.333.040</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

	<b>2013</b>			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Total
Crédito a empresas				
Vincendo	6.012.663	53.178	969.340	7.035.181
Vencido	1.847	400.163	1.539.748	1.941.758
	<u>6.014.510</u>	<u>453.341</u>	<u>2.509.088</u>	<u>8.976.939</u>
Crédito à habitação				
Vincendo	2.536.939	35.879	202.015	2.774.833
Vencido	-	113	56.824	56.937
	<u>2.536.939</u>	<u>35.992</u>	<u>258.839</u>	<u>2.831.770</u>
Outros créditos				
Vincendo	1.290.642	27.024	243.913	1.561.579
Vencido	2.414	1.268	106.392	110.074
	<u>1.293.056</u>	<u>28.292</u>	<u>350.305</u>	<u>1.671.653</u>
Crédito ao Sector Público				
Vincendo	202.901	-	-	202.901
Vencido	-	-	49.270	49.270
	<u>202.901</u>	<u>-</u>	<u>49.270</u>	<u>252.171</u>
Total crédito vincendo	10.043.145	116.081	1.415.268	11.574.494
Total crédito vencido	4.261	401.544	1.752.234	2.158.039
Total de crédito	<u>10.047.406</u>	<u>517.625</u>	<u>3.167.502</u>	<u>13.732.533</u>
Extrapatrimoniais				
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	2.818.237	-	-	2.818.237
Garantias e créditos documentários a Sector Público				
Vincendo	-	-	334.689	334.689
Garantias pessoais				
Vincendo	13.173	-	-	13.173
Total de extrapatrimoniais	<u>2.831.410</u>	<u>-</u>	<u>334.689</u>	<u>3.166.099</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

<b>2012</b>				
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Total
Crédito a empresas				
Vincendo	6.839.127	114.300	1.244.080	8.197.507
Vencido	1.194	13.722	871.226	886.142
	<u>6.840.321</u>	<u>128.022</u>	<u>2.115.306</u>	<u>9.083.649</u>
Crédito à habitação				
Vincendo	2.484.726	24.013	164.796	2.673.535
Vencido	8	-	52.915	52.923
	<u>2.484.734</u>	<u>24.013</u>	<u>217.711</u>	<u>2.726.458</u>
Outros créditos				
Vincendo	1.384.386	33.325	183.176	1.600.887
Vencido	2.712	1.685	80.433	84.830
	<u>1.387.098</u>	<u>35.010</u>	<u>263.609</u>	<u>1.685.717</u>
Crédito ao Sector Público				
Vincendo	209.184	-	-	209.184
Vencido	-	-	49.269	49.269
	<u>209.184</u>	<u>-</u>	<u>49.269</u>	<u>258.453</u>
Total crédito vincendo	10.917.423	171.638	1.592.052	12.681.113
Total crédito vencido	3.914	15.407	1.053.843	1.073.164
Total de crédito	<u>10.921.337</u>	<u>187.045</u>	<u>2.645.895</u>	<u>13.754.277</u>
Extrapatrimoniais				
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	1.737.264	-	57	1.737.321
Garantias pessoais				
Vincendo	16.944	-	-	16.944
Total de extrapatrimoniais	<u>1.754.208</u>	<u>-</u>	<u>57</u>	<u>1.754.265</u>

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- “Créditos sem incumprimento”
  - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
  - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- “Créditos com incumprimento”
  - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
  - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;
- “Créditos em default” – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 8, a rubrica “Crédito vencido” inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo de créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 4.279.521 (mCve. 6.606.550 em 31 de Dezembro de 2012), ascendendo a imparidade a mCve. 980.780 (mCve. 867.828 em 31 de Dezembro de 2012). Conforme descrito na Nota 2.2. c) ii) os créditos objecto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise colectiva.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor de balanço dos créditos concedidos a clientes identificados pelo Banco cujos termos tenham sido objecto de reestruturação pode ser detalhado como segue:

	2013			2012		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Total	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas	425.863	422.004	847.867	87.141	150	87.291
Particulares	304.494	101.871	406.365	158.096	299	158.395
	<u>730.357</u>	<u>523.875</u>	<u>1.254.232</u>	<u>245.237</u>	<u>449</u>	<u>245.686</u>

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

	2013				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	745.547	745.547	-	-	745.547
Disponibilidades em outras instituições de crédito	648.788	648.788	-	-	648.788
Activos financeiros disponíveis para venda	301.909	301.909	-	28.771	330.680
Aplicações em instituições de crédito	3.311.265	3.311.265	-	-	3.311.265
Títulos de dívida pública	1.397.776	1.372.379	(25.397)	-	1.397.776
Crédito a clientes	12.913.620	12.635.431	(278.189)	-	12.913.620
	<u>19.318.905</u>	<u>19.015.318</u>	<u>(303.587)</u>	<u>28.771</u>	<u>19.347.676</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de outras instituições de crédito	222.892	223.743	851	-	222.892
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.156.377	17.231.260	74.883	-	17.156.377
Outros passivos subordinados	514.348	527.000	12.652	(331)	514.017
	<u>17.893.617</u>	<u>17.982.003</u>	<u>88.386</u>	<u>(331)</u>	<u>17.893.286</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2012				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
<i>Activo</i>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.758.436	1.758.436	-	-	1.758.436
Disponibilidades em outras instituições de crédito	280.283	280.283	-	-	280.283
Activos financeiros disponíveis para venda	298.367	298.367	-	28.772	327.139
Aplicações em instituições de crédito	1.025.663	1.025.663	-	-	1.025.663
Títulos de dívida pública	1.485.375	1.495.385	10.010	-	1.485.375
Crédito a clientes	12.271.350	11.985.249	(286.101)	796.444	13.067.794
	<u>17.119.474</u>	<u>16.843.384</u>	<u>(276.090)</u>	<u>825.216</u>	<u>17.944.690</u>
<i>Passivo</i>					
Recursos de outras instituições de crédito	259.889	259.937	48	-	259.889
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.772.730	15.802.365	29.635	-	15.772.730
Outros passivos subordinados	514.348	517.776	3.428	(331)	514.017
	<u>16.546.967</u>	<u>16.580.078</u>	<u>33.111</u>	<u>(331)</u>	<u>16.546.636</u>

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:
  - As acções da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa, enquadrando-se deste modo no nível 1 de valorização previsto na Norma IFRS 13;
  - As acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A. e da Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efectuada por uma entidade externa, tendo por base modelos de fluxos de caixa, enquadrando-se deste modo no nível 3 de valorização previsto na Norma IFRS 13. Face aos valores obtidos serem semelhantes aos apurados em 2012, não foi alterada a valorização destes títulos.
  - A participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. foi registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.
  - O valor das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 5.366 e mCve. 2.407, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.
  - As participações na Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A., face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.
- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente o crédito vencido, líquido das provisões constituídas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 “basis points”(bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	<b>2013</b>					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	34.747	16.294	7.899	(7.442)	(14.463)	(27.367)
<b>Total activo sensível</b>	<b>34.747</b>	<b>16.294</b>	<b>7.899</b>	<b>(7.442)</b>	<b>(14.463)</b>	<b>(27.367)</b>

	<b>2012</b>					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	36.446	18.237	9.123	(11.806)	(18.264)	(33.881)
<b>Total activo sensível</b>	<b>36.446</b>	<b>18.237</b>	<b>9.123</b>	<b>(11.806)</b>	<b>(18.264)</b>	<b>(33.881)</b>

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2013 e 2012, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	<b>Projeção margem financeira</b>					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2013	(15.243)	(7.621)	(6.070)	3.811	7.621	15.243
Exercício de 2012	(15.081)	(7.540)	(6.029)	3.770	7.540	15.081

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2013 e 2012, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o “spread” médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)Risco cambialDecomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2013				Total
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	283.163	420.708	18.555	23.121	745.547
Disponibilidades em outras instituições de crédito	70.968	503.791	70.578	3.451	648.788
Activos financeiros disponíveis para venda	330.680	-	-	-	330.680
Aplicações em instituições de crédito	3.284.996	8.442	17.827	-	3.311.265
Titulos de dívida pública	1.397.776	-	-	-	1.397.776
Crédito a clientes (líquido)	11.144.343	1.769.277	-	-	12.913.620
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	69.250	-	-	-	69.250
Outros activos	38.591	-	-	-	38.591
	<u>16.619.767</u>	<u>2.702.218</u>	<u>106.960</u>	<u>26.572</u>	<u>19.455.517</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(106.640)	(105.540)	(10.712)	-	(222.892)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(16.853.880)	(210.238)	(91.528)	(731)	(17.156.377)
Outros passivos subordinados	(514.017)	-	-	-	(514.017)
Outros passivos	(175.367)	(395)	-	-	(175.762)
	<u>(17.649.904)</u>	<u>(316.173)</u>	<u>(102.240)</u>	<u>(731)</u>	<u>(18.069.048)</u>
Exposição líquida	<u>(1.030.137)</u>	<u>2.386.045</u>	<u>4.720</u>	<u>25.841</u>	<u>1.386.469</u>
	2012				Total
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.292.865	422.858	21.536	21.177	1.758.436
Disponibilidades em outras instituições de crédito	62.640	162.562	48.117	6.964	280.283
Activos financeiros disponíveis para venda	327.139	-	-	-	327.139
Aplicações em instituições de crédito	1.000.000	7.288	18.375	-	1.025.663
Titulos de dívida pública	1.485.375	-	-	-	1.485.375
Crédito a clientes (líquido)	11.281.973	1.778.987	6.834	-	13.067.794
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	45.022	-	-	-	45.022
Outros activos	29.901	-	-	-	29.901
	<u>15.524.915</u>	<u>2.371.695</u>	<u>94.862</u>	<u>28.141</u>	<u>18.019.613</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(80.410)	(179.479)	-	-	(259.889)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(15.206.602)	(471.101)	(94.048)	(979)	(15.772.730)
Outros passivos subordinados	(514.017)	-	-	-	(514.017)
Outros passivos	(171.111)	(409)	-	(1.698)	(173.218)
	<u>(15.972.140)</u>	<u>(650.989)</u>	<u>(94.048)</u>	<u>(2.677)</u>	<u>(16.719.854)</u>
Exposição líquida	<u>(447.225)</u>	<u>1.720.706</u>	<u>814</u>	<u>25.464</u>	<u>1.299.759</u>

35. GESTÃO DE CAPITAL

Os objectivos de gestão do Capital no Banco, norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o accionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Banco está legalmente autorizado a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da actividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

- Assegurar a reputação da Instituição, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua actividade;

Para atingir os objectivos descritos, o Banco procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua actividade, sobretudo por recurso ao auto-financiamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efectuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de outros recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A actividade das instituições de crédito em Cabo Verde é regulada pela Lei nº 3/V/96, de 1 de Julho, a qual assume um papel primordial na regulamentação prudencial. A referida Lei, e instrumentos legais complementares, contemplam diversos domínios de regulação com influência na gestão do Capital, de que se salientam:

- Obrigatoriedade de um Capital Social mínimo de 300 milhões de Escudos de Cabo Verde, para os bancos;
- Determinação de que os Fundos Próprios nunca poderão ser inferiores ao Capital Social mínimo e que pelo menos 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deverão ser afectos às Reservas Legais, até ao limite do Capital Social;
- A aplicação de instrumentos de carácter preventivo, como seja a exigência de o denominado Rácio de Solvabilidade não poder ser inferior a 10%, o que na prática corresponde à necessidade de as Instituições de Crédito afectarem determinados volumes de Capital para fazer face a perdas inesperadas que possam ocorrer;
- A imposição de limites à concentração de riscos face a um cliente ou grupo de clientes, através da introdução de percentagens indexadas ao valor dos Fundos Próprios, as quais, em termos individuais, se cifram em 20% para o próprio Grupo e em 25% para os restantes. Com esta medida privilegia-se a diversificação das carteiras, atendendo ao risco de contaminação que pode existir num dado grupo, em caso de incumprimento por uma ou mais entidades pertencentes a esse grupo;
- Os limites às participações em outras sociedades – que não sejam outras instituições de crédito, instituições parabancárias, sociedades de serviços auxiliares, sociedades gestoras de fundos de pensões, sociedades gestoras de participações sociais que apenas detenham partes de capital nas sociedades antes referidas e empresas do sector segurador, as quais não devem ultrapassar, se consideradas individualmente, 15% dos Fundos Próprios da instituição participante e 60% desses Fundos, se for tomado o conjunto das participações qualificadas ( $\geq 10\%$  do capital ou dos direitos de voto da entidade participada).

A maioria dos requisitos e limites prudenciais têm por base o conceito de Fundos Próprios, os quais correspondem ao capital regulamentar mínimo imposto pelo regulador. O seu cálculo regular e obrigatório é regulado na legislação nacional pela publicação do Aviso nº 3/2007, de 19 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde. O quociente do seu valor pelo montante correspondente às denominadas posições de risco ponderadas constitui o rácio de solvabilidade, regulado pelo Aviso 4/2007, de 25 de Fevereiro de 2008, do Banco de Cabo Verde, cujo valor terá de ser, no mínimo, igual a 10%.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais impostos pela Supervisão Bancária, o Banco dispõe de mecanismos de articulação entre os diversos Departamentos internos, em especial com a área de Contabilidade, Financeira e de Gestão de Risco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar do Banco, nos finais de 2013 e de 2012:

Gestão do Capital	Dezembro de 2012	Dezembro de 2013	Variação
<b>Fundos Próprios de Base</b>	<b>1.564.443</b>	<b>1.405.805</b>	<b>(158.638)</b>
Capital Social	1.000.000	1.000.000	-
Reservas e Prémios	651.385	775.926	124.541
Resultado Líquido	62.270	36.748	(25.522)
Resultados Transitados e outros (Impacto transição para NIRF)	(149.212)	(148.209)	1.003
Provisões adicionais	-	(258.660)	(258.660)
<b>Fundos Próprios Complementares</b>	<b>506.503</b>	<b>507.822</b>	<b>1.319</b>
Obrigações subordinadas	500.000	500.000	-
Deduções aos Fundos Próprios Complementares	6.503	7.822	1.319
<b>Deduções aos Fundos Próprios totais</b>	<b>29.232</b>	<b>56.075</b>	<b>26.843</b>
Participações em Instituições de Crédito	29.232	44.964	15.732
Excesso na concentração de risco	-	-	-
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio	-	11.111	11.111
<b>Total dos Fundos Próprios Elegíveis</b>	<b>2.041.714</b>	<b>1.857.552</b>	<b>(184.162)</b>
<b>Total do Activo Ponderado</b>	<b>14.213.957</b>	<b>14.790.931</b>	<b>576.974</b>
<b>Rácios</b>	<b>Dezembro de 2012</b>	<b>Dezembro de 2013</b>	<b>Variação</b>
Fundos Próprios de Base	11,01%	9,50%	-1,50%
Fundos Próprios Complementares	3,56%	3,43%	-0,13%
Deduções aos Fundos Próprios totais	-0,21%	-0,38%	-0,17%
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	<b>14,36%</b>	<b>12,56%</b>	<b>-1,81%</b>

Conforme se pode verificar no quadro anterior, o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório de três grandes agregados, sendo que os montantes considerados apresentam algumas diferenças em relação aos valores constantes do balanço, traduzindo a aplicação de filtros prudenciais pelo regulador. Assim:

- (a) Fundos Próprios de Base: Correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco. As suas principais componentes e valores considerados nos Fundos Próprios são:
- O Capital Social, as Reservas (excepto as de Reavaliação) e os Resultados Transitados, correspondem, na íntegra, aos valores contabilísticos;
  - O Resultado do Exercício, o qual é incluído nos Fundos Próprios líquido dos impostos e dividendos a entregar aos accionistas e apenas se tiver sido objecto de certificação por Auditor Externo;
  - As deduções aos Fundos Próprios de Base, as quais correspondem a diversas rubricas que o regulador considerou necessário serem introduzidas, numa perspectiva de prudência, como factor de correcção.
- (ii) Fundos Próprios Complementares: São constituídos por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação pelo Banco de Cabo Verde.

O valor destes Fundos Próprios Complementares não pode ultrapassar o referente aos Fundos Próprios de Base e a sua decomposição é a seguinte:

- Dívida Subordinada, de vencimento superior a 5 anos, considerada até ao limite de 50% dos Fundos Próprios de Base;
- Reservas de Reavaliação positivas se realizadas nos termos da Lei e autorizadas pelo Banco de Cabo Verde.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

- (iii) Deduções aos Fundos Próprios: Trata-se de um conjunto de deduções que resultam de imposições do regulador, nomeadamente:
- Nos casos em que Banco disponha de uma participação superior a 10% do capital social de uma instituição de Crédito será deduzido o montante total dessa participação; no caso de participação inferior àquela percentagem, será deduzido apenas na parte que exceda 10% dos fundos próprios da instituição de crédito que delas seja titular.
  - Eventuais ultrapassagens aos limites estabelecidos para efeito de Grandes Riscos que, no caso dos elementos prudenciais individuais, correspondem a 20% dos Fundos Próprios para as exposições perante o próprio Grupo e 25% para as exposições perante outros Grupos;
  - O valor líquido de balanço dos activos não financeiros recebidos em reembolso de crédito próprio, calculado à razão anual de 20% a partir do momento em que se completem dois anos sobre a data em que os activos não financeiros em causa tenham sido recebidos;
  - Excedentes que possam ocorrer nas participações qualificadas (iguais ou superiores a 10%) em empresas que não sejam Financeiras ou Seguradoras, e cujo montante seja superior, individualmente, a 15% dos Fundos Próprios ou a 60% dos mesmos, no caso do montante agregado deste tipo de participações.

Em termos dos Requisitos de Capital, os activos ponderados são hierarquizados em 4 factores de risco (0%, 20%, 50% e 100%), de acordo com a natureza de cada activo e de cada contraparte, bem como de eventuais garantias que existam.

Um tratamento idêntico é adoptado para as posições extra-patrimoniais associadas às garantias prestadas e a outros compromissos potenciais assumidos.

Em 2008 foi também introduzido o risco operacional, dando origem à necessidade de as Instituições calcularem requisitos de fundos próprios adicionais para a sua cobertura, com base em 15% da média do Produto Bancário (quando positivo) dos últimos três anos.

No que respeita à periodicidade de reporte, as instituições devem proceder ao cálculo dos seus fundos próprios pelo menos no final de cada mês e informar o Banco de Cabo Verde, até ao décimo dia do mês seguinte, da composição dos seus fundos próprios do respectivo rácio de solvabilidade.